

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**JACKSON FRIGOTTO**

**O SENADO DO IMPÉRIO BRASILEIRO DURANTE A QUESTÃO DO PRATA:  
DE 17 A 23 DE MAIO DE 1851**

**CAXIAS DO SUL**

**2023**

**JACKSON FRIGOTTO**

**O SENADO DO IMPÉRIO BRASILEIRO DURANTE A QUESTÃO DO PRATA:  
DE 17 A 23 DE MAIO DE 1851**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito para obtenção do título de  
licenciado em História pela Universidade de  
Caxias do Sul.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eliana Gasparini Xerri.

**CAXIAS DO SUL**

**2023**

## AGRADECIMENTOS

A Deus e à Santa Virgem Maria, sustentáculos de minha Santa Fé Católica Apostólica Romana, o principal alicerce de minha vida; refúgio, fortaleza e inspiração nos melhores e piores momentos.

Aos meu pais, Altanir Frigotto e Salete de Fátima Viera, por cada sacrifício em prol de meu ingresso na universidade e pelo apoio que recebi dos mesmos durante toda a graduação.

Aos meus padrinhos de Crisma, Darci Lovison e Isabel Frigotto, pelo incentivo e apadrinhamento na confirmação e na prática da Santa Fé Católica.

A Géssica Bellan Sgarioni, profissional e amiga cujos conselhos em muito me ajudaram a seguir em frente ante as adversidades dos últimos cinco anos.

A José Luís Verza, pela compreensão e colaboração para com a árdua tarefa de conciliar a diária atividade laboral com a vida acadêmica durante toda a graduação.

Aos amigos de longa data e aos que conheci durante minha jornada acadêmica, com especial consideração por Bruno Torani Rubini, Jonas Fantin Nardello; Rafael dos Reis e Matheus Caprara Pelegrini.

A Camila Bellaver, uma pessoa muito especial que, graças a Deus, conheci durante minha graduação; ela, que nunca relutou em me apoiar nos momentos mais difíceis e sempre compartilhou da alegria de meus êxitos.

Aos Professores pelos quais tive o privilégio e a honra de ser orientado para a práxis da História em campo durante os estágios: Eliana Relá, Cristine Fortes Lia e Anthony Beux Tessari.

À Professora paraninfa Cristine Fortes Lia e aos Professores homenageados, Katani Maria Monteiro Ruffato e Ramon Victor Tisott, tanto por terem aceitado o convite dos formandos, quanto pelos bons momentos proporcionados ao longo de quase cinco anos e meio.

A todos os docentes da Universidade de Caxias do Sul com os quais tive a oportunidade de convívio e aprendizagem; em especial, à Professora Eliane Machado Corrêa Cardoso e à minha prezada orientadora nas disciplinas de TCC I e TCC II, Professora Eliana Gasparini Xerri.

## RESUMO

As questões relacionadas à região do Prata no segundo reinado brasileiro, são comumente abordadas de forma generalista e destacam a atuação do imperador Dom Pedro II e de membros da diplomacia imperial, sendo que a atuação do Senado do Império também é pertinente para a compreensão da geopolítica da época; é sobre esse locus que trata o presente estudo. Tendo ciência de que a documentação sobre os senadores é extensa, fora selecionado o período compreendido entre os dias 17 e 23 de maio de 1851 no qual os registros são pertinentes à Questão do Prata; e se realizou a análise dos discursos proferidos pelos senadores Manuel de Assis Mascarenhas, pelo Rio Grande do Norte; Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti, por Pernambuco; e de José de Araújo Ribeiro, pelo Rio Grande do Sul. A revisão historiográfica é fundamentada nas obras de Álvaro Teixeira Soares (2021) e José Murilo de Carvalho (2008). A fundamentação teórica se dá através de Pierre Milza (2003) e Friederick Brum Vieira (2005). A metodologia utilizada é a de análise de discurso a partir de Eni Puccineli Orlandi (1999). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que objetiva proporcionar novos olhares para as relações políticas do período, tendo por base a atuação de senadores brasileiros durante o período imperial.

**Palavras-chave:** Senado do Império; Questão do Prata; Geopolítica; Análise de discurso.

## ABSTRACT

The issues related to the Prata region in the second Brazilian reign, are commonly approached in a general way, and focus the role of the emperor Dom Pedro II and members of imperial diplomacy, whereas the role of the Imperial Senate is also pertinent to the comprehension of the period geopolitics; it is about this locus that addresses the present study. Knowing that the documentation about the senators is vast, it was selected the period from the days 17 and 23 of May 1851 in which the records were relevant to the Prata issues; and it was held the analysis of the discourses given by senators Manuel de Assis Mascarenhas, for Rio Grande do Norte; Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti, for Pernambuco; and José de Araújo Ribeiro, for Rio Grande do Sul. The historiographical review is based on the works of Álvaro Teixeira Soares (2021) and José Murilo de Carvalho (2008). The theoretical basis is given through the contribution of Pierre Milza (2003) and Friederick Brum Vieira (2005). The methodology used is discourse analysis from Eni Puccineli Orlandi (1999). This is a qualitative research that aims to provide new perspectives to the political relations of the period, based on the role of Brazilian senators during the imperial period.

**Key Words:** Empire Senate; Prata Issues; Geopolitics; Discourse Analysis.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 - Capa do livro dos Anais do Senado: Anno de 1851- Livro 1 .....      | 15 |
| Figura 2 - Rosas vestido como gaúcho em 1842, por Raymond Monvoisin .....      | 18 |
| Figura 3 - Retrato de Manuel Oribe como presidente do Uruguay .....            | 19 |
| Figura 4 - Mapa situando a hidrografia e os conflitos do Prata após 1850 ..... | 23 |
| Figura 5 - Senador Manuel de Assis e Mascarenhas (O Sr. Dom Manoel) .....      | 26 |
| Figura 6 - Senador Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti .....        | 32 |
| Figura 7 - Senador José de Araújo Ribeiro (Visconde de Rio Grande) .....       | 38 |

## LISTA DE ABREVIATURAS

Araújo Ribeiro

D. Manoel

Hollanda Cavalcanti

Oribe

O SR. ARAUJO RIBEIRO

O SR. BAPTISTA DE OLIVEIRA

O SR. DANTAS

O SR. D. MANOEL

O SR. HOLLANDA CAVALCANTI

O SR. JOBIM

Rosas

José de Araújo Ribeiro

Manuel de Assis Mascarenhas

Antônio Francisco de Paula Hollanda

Cavalcanti

Manuel Ceferino Oribe y Viana

O Senhor José de Araújo Ribeiro

O Senhor Cândido Baptista de Oliveira

O Senhor Antônio Luiz Dantas de Barros Leite

O Senhor Manuel de Assis Mascarenhas

O Senhor Antônio Francisco de Paula Hollanda

Cavalcanti

O Senhor José Martins da Cruz Jobim

Juan Manuel José Domingo Ortiz de Rosas

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                        | <b>8</b>  |
| <b>2 ANÁLISE DO LIVRO 1 DO ANO DE 1851 .....</b> | <b>14</b> |
| 2.1 SESSÃO DO DIA 17 DE MAIO DE 1851 .....       | 14        |
| 2.2 SESSÃO DO DIA 20 DE MAIO DE 1851 .....       | 27        |
| 2.3 SESSÃO DO DIA 23 DE MAIO DE 1851 .....       | 33        |
| <b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>              | <b>40</b> |
| <b>4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>        | <b>44</b> |
| <b>5 FONTES .....</b>                            | <b>45</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A atuação do Senado do Império durante o Segundo Reinado, em especial com relação à Questão do Prata<sup>1</sup>, é, por vezes, eclipsada por outras instituições. Assim, o estudo refere-se ao protagonismo da instituição que inúmeras vezes é colocada à parte na abordagem historiográfica, dando lugar ao protagonismo da Casa Imperial de Bragança, dos ministérios de Estado, do Exército e da Armada Imperiais. Isso quando o enfoque na abordagem historiográfica não se dá a eventos diplomáticos, biográficos e militares a partir dos quais se ressalta a atuação de personagens centrais das forças armadas e da diplomacia imperial.

A delimitação da abordagem temática neste estudo abarca discursos e debates de caráter geopolítico realizados durante um período de três dias. Tal recorte corresponde aos registros realizados durante as sessões parlamentares dos dias 17, 20 e parte da de 23 de maio do ano de 1851. A escolha do tema, busca responder à seguinte questão: qual foi a atuação do Senado do Império frente à Questão do Prata? Dando-se também em virtude do anseio pessoal de ir além na pesquisa histórica no que tange às atuais abordagens sobre a Questão do Prata debatidas no Senado do Império em dissertações e trabalhos acadêmicos em geral. Para o estudo proposto foram escolhidos como fonte documental os Anais do Senado. Tratam-se, pois, de discursos parlamentares registrados através da técnica de taquigrafia ou estenografia e cuja disponibilidade de acesso, tanto a pesquisadores quanto ao público em geral, dá-se de forma gratuita, estando localizados no site do Senado Federal<sup>2</sup>.

Os registros, intitulados como Anais do Senado, estão gratuita e publicamente disponíveis para acesso e leitura, tendo sido sua localização e aquisição realizadas de forma instantânea e prática; embora tanta riqueza informacional e facilidade de acesso tenham, por vezes, despertando o fantasma da indecisão temática. Pois, a leitura de volumosos e instigantes documentos, levaram à necessária delimitação temporal, uma vez que a seleção inicial dos Livros 1, 2, 3 e 4 do ano de 1851 se deu, inicialmente, por dois fatores; sendo o primeiro deles uma limitação e o segundo a conveniência cronológica. A limitação refere-se à questão do tempo disponível para a leitura, e análise dos discursos; já a conveniência cronológica está atrelada ao fato histórico de que não

---

<sup>1</sup> Termo utilizado pela historiografia para se referir ao conjunto de conflitos diplomáticos e geopolíticos ocorridos entre e nos países ou territórios da Região do Prata (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) durante o século XIX.

<sup>2</sup> O site citado trata-se do Senado.leg.br Para acessar as fontes é preciso dirigir-se ao menu e selecionar respectivamente os campos “publicações”, “publicações oficiais” e “Anais do Senado”. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/hpsenado>

apenas ao mês de agosto do ano de 1851 eclodira a Guerra do Prata<sup>3</sup>, mas também porque nos meses anteriores evidencia-se nos discursos registrados um prelúdio de conflito na região platina, bem como a exposição dos interesses brasileiros em geral relativos à Questão do Prata.

Ao final optou-se por analisar a maior parte dos discursos presentes no livro *Anais do Senado: Ano de 1851 - Livro 1*, cujas narrativas são sensíveis ou relacionadas à Questão do Prata. Vale ressaltar que várias questões são tratadas nos mesmos, desde pautas administrativas internas até as pendências geopolíticas entre o Império do Brasil e a Argentina. O Livro 1 possui 424 páginas e registra, na totalidade, as falas parlamentares das sessões ocorridas entre os dias 6 e 27 de maio do ano de 1851; além de três sessões preparatórias em 30 de abril e nos dias 2 e 5 de maio; com mais 2 registros de sessões abortadas por recesso parlamentar em 30 e 31 de maio. Foram destacadas as falas de três dentre os demais senadores por conta de os mesmos exercerem maior atuação e preponderância discursivas nos debates sensíveis às tensões correntes na região platina: as do potiguar Manuel de Assis Mascarenhas; do pernambucano Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti; e as do gaúcho José de Araújo Ribeiro.

Ademais, dentre um universo de tantos senadores, os referidos foram escolhidos porque através das falas dos mesmos foi possível comparar diferenças de posicionamentos para determinadas questões, além de ter sido possível acompanhar como um parlamentar se opõe ao outro por meio da narrativa, da argumentação e da retórica. Dos discursos dos senadores destacados, emergiu a hipótese de que os mesmos representam interesses políticos, econômicos e geopolíticos das elites brasileiras com relação à região platina, pois. Da mesma forma, ponderou-se que o teor dos discursos e das opiniões de determinados membros do Senado refletem com maior ou menor intensidade o nível de comprometimento dos parlamentares para com a defesa da liberdade de comércio e navegação na Bacia do Prata e a manutenção do status quo<sup>4</sup> do regime imperial brasileiro.

Para a compreensão de tais eventos foi necessário analisar os discursos presentes nos debates do Senado do Império a fim de extrair dos mesmos constatações e interpretações que denotam a importância da atuação da instituição durante a vigência da Questão do Prata. Da mesma forma, caracterizou-se o contexto social e político brasileiro no século XIX e se identificou interesses das elites brasileiras que foram representados nos discursos analisados.

---

<sup>3</sup> Conflito militar ocorrido entre agosto de 1851 e fevereiro de 1852 e que envolveu o Império Brasileiro, A Confederação Argentina, além das províncias rebeldes de Corrientes e Entre Ríos.

<sup>4</sup> Referente à ordem político-econômica e institucional vigente no Brasil Império baseada na monarquia constitucional centralista e nas interdependências entre a economia agroexportadora e as classes política e burocrática.

Apoiada pela contribuição de: Soares (2021), Carvalho (2008), Orlandi (1999), Milza (2003) e Vieira (2005), a análise realizada a partir dos discursos presentes nos debates parlamentares referidos, visou proporcionar interpretações nos campos da história política e da análise de discurso acerca da atuação do Senado do Império durante a Questão do Prata. Ademais, julga-se aqui ser de vital importância a nível social a produção e difusão de conhecimento histórico a respeito da atuação política do Senado, por vezes pouco conhecida pela sociedade como um todo. Assim sendo, a perspectiva de contribuição deste projeto se dá em prol da construção de conhecimento histórico acerca da atuação do Senado durante o segundo reinado com vistas a possibilitar reflexões sobre a atuação dos mesmos, mesmo sendo o Brasil, à época, um país com centralização das decisões políticas na pessoa do imperador, uma vez que o monarca exercia os poderes moderador e executivo.

Esta pesquisa possui amparo teórico na história política, ao passo que a metodologia empregada é a da análise de discursos, amparada por uma revisão bibliográfica que aborda a Questão do Prata e os contextos político e social e econômico do Brasil no século XIX. Assim definido, o Livro 1 dos Anais do Senado foi analisado de modo que a partir dos registros contidos no mesmo se pudesse desenvolver interpretações ligadas aos interesses políticos, econômicos e geopolíticos das elites brasileiras na Região do Prata; isto sempre sem prejuízo da análise individual das falas de personagens atuantes do Senado durante os debates cujos discursos foram esmiuçados.

A definição norteadora para o conceito de geopolítica aqui empregada é a clássica proposta pelo sueco Johan Rudolf Kjellén em sua obra *O Estado como forma de vida*, de 1916. O autor, como já sugere o título de sua obra, entendia o Estado enquanto fenômeno ou organismo intrínsecos à geografia, visão que contribuiu para a leitura que teve acerca do que era ou seria a ciência da geopolítica. Segundo Vieira:

De acordo com Tosta (Op. cit., p. 24), o termo "Geopolítica" foi pela primeira vez empregado pelo cientista político sueco Johan Rudolph Kjellén (1864- 1922) em um estudo sobre a natureza do Estado-nação (1916), no qual teria sido feita a seguinte definição: "Ciência que estuda o Estado como organismo geográfico, isto é, como fenômeno localizado em certo espaço da Terra". (TOSTA, 1984 apud VIEIRA, 2005, p. 41)

Assim sendo, a partir de tal conceito, se interpreta quais seriam os organismos geográficos-ou Estados - atuantes no contexto platino debatido pelos parlamentares no Senado do Império. Também se considerou aqui a contribuição no âmbito da história política presente na obra "Por uma história política", organizada pelo historiador e cientista político francês René Remond; mais especificamente, questões presentes no capítulo 12 - Política interna e política externa, na coautoria

de Pierre Milza. No tocante à contribuição de Milza (2003), tem-se a relação de similaridade ou continuidade entre as políticas interna e externa de um Estado, algo muito bem expresso no texto em que trata da gradual derrubada da diferenciação de natureza entre assuntos internos e externos.

Segundo Milza:

Ao longo das duas ou três últimas décadas, a história e a ciência política, tanto quanto a prática do poder e a reflexão realizada sobre este por seus detentores presentes ou passados, avançaram no sentido da derrubada de barreiras e do abandono do que podia subsistir do dogma hobbesiano segundo o qual teria havido uma diferença de natureza entre os "assuntos de fora" e os de "dentro". (RÉMOND: MILZA, 2003, p.367).

Considerando o processo descrito e pelo qual passaram a história e a ciência política, torna-se possível enxergar a política externa do Império Brasileiro sob nova ótica. Trata-se de identificar quais aspectos da política interna – relativos às características da economia, a interesses da classe política na manutenção do status quo, por exemplo – podem ser identificados nos discursos senatoriais voltados para a Questão do Prata, tida, pela ortodoxia<sup>5</sup> precedente ao processo descrito por Milza, como uma questão estritamente externa do Império.

O método de análise de discurso teve embasamento na tese desenvolvida por Eni Puccinelli Orlandi em sua obra “Análise De Discurso: Princípios e Procedimentos”, a respeito das condições de produção do discurso e das pistas deixadas para o analista pelos dizeres e seus efeitos de sentido, que englobam tanto para o que é dito, quanto o que poderia ser dito e não foi. (ORLANDI, 1999). Ou seja, procurou-se ir além da narrativa presente no discurso, rastreando indícios que levam o analista a fazer a leitura de uma realidade muito mais completa do que a apresentada pela oficialidade parlamentar ou mesmo da historiografia tradicional.

Para tal, foi antes necessário a devida contextualização político-econômica do Brasil do século XIX no que se refere às classes que detinham os poderes político, econômico, de influência e de execução dos interesses de uma e de outra. É necessário ressaltar que a obra “A Construção da Ordem: Teatro de Sombras”, de José Murilo de Carvalho, forneceu o conhecimento necessário acerca das origens das elites do Império, bem como das relações de poder estabelecidas entre as mesmas e dos interesses em jogo de naturezas política e econômica. Assim posto, o método de análise permitiu, além de identificar interesses geopolíticos, econômicos e políticos nos discursos, encontrar um elo entre o modo de produção agroexportador vigente no Brasil do século XIX e os interesses defendidos nos discursos parlamentares.

---

<sup>5</sup> “Ortodoxia” aqui entendida enquanto o cumprimento do dogma hobbesiano citado por Milza.

A busca pelas obras direcionadas à revisão bibliográfica, se deu almejando a apropriação referente à história das relações diplomáticas entre o Brasil e as Repúblicas Platinas; e a contextualização política, social e econômica do Brasil do século XIX. Para isso, as obras “Diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865)” e “A Construção da Ordem: Teatro de Sombras”, foram as escolhidas por melhor contemplarem as características do estudo.

Soares (2021) narra e traça uma sinuosa linha de acontecimentos históricos e geopolíticos na região do Prata desde a conturbada fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, até as intervenções brasileiras na Guerra Civil Uruguaia em 1864. Tendo a primeira edição publicada em 1955, a parcela da obra que melhor concorre para a contextualização do teatro geopolítico do Prata no ano de 1851 centra-se no capítulo IV (Política de Juan Manuel de Rosas – Ação de Sinimbu em Montevideu – a grande questão da navegação dos rios platinos – Os tratados de 1851); ou entre as páginas 85 e 120. Assim se destaca o recorte referido pelo fato de o mesmo citar vários eventos e questões abordadas pelos senadores durante as falas selecionadas para a análise de discurso aqui já proposta. Exemplo das intervenções anglo-francesas no Atlântico Sul, a liberdade de navegação fluvial na Bacia Platina e as acusações contra Rosas e Oribe em relação a alegadas agressões às fronteiras sul-brasileiras.

Embora deixe claro quais são, segundo sua percepção, os principais interesses geopolíticos e econômicos de ambos os lados das disputas no Prata, o autor não aborda, individualmente discursos de qualquer natureza com o fim de realizar uma análise esmiuçada tentando identificar interesses além do explicitado. A obra de Soares contemplara parcialmente a prática da análise de discurso, mas não exatamente a aqui proposta, assim procedendo na análise feita sobre um documento<sup>6</sup> escrito por Juan Manuel de Rosas, mesmo que com certo amparo poético, para caracterizar o ditador argentino em seus aspectos psicológicos e políticos; ainda que à revelia da riqueza documental contida no escrito, um documento histórico passível de análises muito mais complexas e criteriosas.

É preciso também que se entenda as críticas aqui postas não como relativas a aspectos nos quais a obra deixe a desejar totalmente ante o que o autor objetiva; afinal o mesmo não se propõe a realizar o exercício de análise de discurso pretendido neste artigo. Na verdade, como demonstra o próprio autor, sua preocupação esteve ligada a uma forma mais revisionista de história, buscando, investigar e apurar, no curso da história geopolítica, platina os fatores que desencadearam a crise diplomática entre Brasil e Paraguai e que desembocaram em uma guerra entre os dois Estados. Segundo Soares:

---

<sup>6</sup> (SOARES, 2021, p. 87)

Entra-se agora num assunto realmente emaranhado, através do qual há que rastrear a verdade, como cumpre a um historiador, separando o trigo do joio e procurando, a todo o transe, fazer sobrenadar os verdadeiros fatores que precipitaram a crise dramática de 1864. (SOARES, 2021, p.222)

Em suma, embora o autor ora vá de encontro e ora vá ao encontro da proposição analítica deste trabalho, sua obra tem enorme serventia. Assim se pode afirmar, pois a mesma traz detalhadas descrições e contribuições por meio de diversos autores citados, através de biografias e eventos históricos e geopolíticos, em muito pertinentes aos temas tratados nas falas senatoriais que foram analisadas.

Já na obra de Carvalho (2008), o foco está na construção da ordem imperial que vigorou no Brasil até os idos de novembro de 1889, em aspectos como a formação da mentalidade das elites, a moldagem das instituições políticas do império. Os capítulos que melhor corroboram para a contextualização a nível social, político e econômico do Brasil do século XIX, são: 1 - Elites políticas e construção do Estado, 2 - A elite política nacional: definições e 3 - Unificação da elite: uma ilha de letrados. O aspecto de sua obra que mais se mostrou pertinente ao estudo proposto é a maneira equilibrada como o autor analisa e julga a classe política do estado imperial, no que concerne à sua relação com as elites agroexportadora e burocrática do império. Segundo de Carvalho:

A continuidade propiciada pelo processo de independência, pela estrutura burocrática e pelo padrão de formação de elite herdado de Portugal certamente deu ao estado imperial maior capacidade de controle e aglutinação do que seria de esperar de simples porta-voz de interesses agrários. (CARVALHO, 2008, p.42)

No decorrer da obra, a afirmação acima é sustentada através de uma gradual genealogia traçada pelo autor desde as origens ideológicas das elites do império até a ambígua relação de interdependência político-econômica entre as mesmas. A forma como diferencia as elites das Américas Espanhola e Portuguesa elucida como fator fundamental de diversidade de mentalidade o tipo de educação que as elites das diferentes regiões da América receberam e que em muito contribuíram para definir os próprios destinos dos nascentes estados latino-americanos. Questões como a diversidade ideológica entre as muitas universidades espalhadas pela América Espanhola, frente ao monopólio da formação das elites coloniais brasileiras em Coimbra são abordadas; corroborando tal obra para identificar e diferenciar as características das elites das Américas Portuguesa e Espanhola, assim como para a compreensão dos distintos processos políticos ocorridos na América Latina.

Ao longo da investigação de Carvalho a respeito da constituição da ordem imperial, destaca-se que, o fato de que o Estado brasileiro – gerido por políticos e burocratas – e a agricultura escravista, possuíam relações de interdependência que geravam uma situação política contraditória. Ou seja, trata-se da dependência financeira do Estado em relação às receitas geradas pelo setor agroexportador escravista, além da dinâmica relativa às origens de certos indivíduos que encontravam na burocracia imperial um refúgio enquanto meio de sustento. (CARVALHO, 2008). Para o autor, tal dinâmica permitia que o Estado brasileiro tivesse alguma liberdade de ação diante de tal ambiguidade, todavia, nunca negando o poder e a influência da elite agrícola, tampouco crendo que a elite imperial fosse um estamento tão solidificado a ponto de agir como árbitro da nação. (CARVALHO, 2008).

A genealogia traçada por Carvalho em relação às origens ideológicas e as relações políticas e econômicas das elites do império, em muito contribui para a compreensão da natureza dos interesses representados no Senado. A obra proporciona o amparo historiográfico necessário para nortear análises que demandem uma contextualização das condições históricas, políticas e sociais que influenciam na produção de discursos e narrativas.

## **2 ANÁLISE DO LIVRO 1 DO ANO DE 1851**

Os Anais do Senado do Império Brasileiro estão organizados em cinco livros e correspondem a atuação parlamentar de vários senadores durante o ano de 1851. Como afirmado anteriormente, foram selecionados os discursos presentes no livro 1 e que registram as falas de três senadores específicos no período de 17 a 23 de maio do mesmo ano.

### **2.1 SESSÃO DO DIA 17 DE MAIO DE 1851**

Na Sessão do dia 17 de maio de 1851, o primeiro senador a tomar a palavra em relação à Questão do Prata fora o Senhor Manuel de Assis Mascarenhas, representando a Província do Rio Grande do Norte. Assim o fez após iniciar sua fala com longas referências e denúncias a respeito de supostos abusos de autoridade por parte de ministros do governo na Província do Rio Grande do Norte, adentra D. Manoel na Questão do Prata.

Aproveitando a pauta presente no debate em curso na sessão, que também abordou a necessidade de uma lei de recrutamento militar, discorreu o senador sobre a política de neutralidade diplomática brasileira nos conflitos platinos na década de 1840. O Senador Manuel de Assis Masca-

Figura 1 - Capa da edição transcrita dos Anais do Senado: Anno de 1851 – Livro 1



Fonte: Senado.leg (s.d.)

-renhas não poupou esforços nem em contextualizar retroativamente a Questão Platina e nem em persuadir seus pares de plenário a hostilizar Juan Manuel de Rosas<sup>7</sup>, mesmo que apenas politicamente em um primeiro momento. A citação da política brasileira de neutralidade quanto aos “negócios daquelas duas repúblicas” e a ênfase da necessidade de mudança em tal política inicia o seu discurso. D. Manoel assim se pronunciou:

De 1842 a 1847, se bem me recordo, parece-me que houve uma política de completa neutralidade nos negócios daquelas duas repúblicas; mas o nobre ministro dos negócios estrangeiros de então, o Sr. barão de Cairú, se bem me lembro, no seu relatório, que é um modelo de relatórios, um dos trabalhos mais completos que se tem apresentado ao corpo

<sup>7</sup> Icônico político e militar (ou caudilho) argentino. Fora eleito governador de Buenos Aires em 1829, tendo governado as Províncias Unidas do Rio da Prata entre 1829 e 1831; a Confederação Argentina durante de 1831 e 1832 e novamente entre 1835 e 1852 de forma ininterrupta e autoritária.

legislativo, já observou que essa política de completa neutralidade era mister que tivesse modificação.” (ANAIS DO SENADO, 1851, p.137)

Seja franco ou bajulador e oportuno o elogio de D. Manoel às posições do Barão de Cairu<sup>8</sup>, vê-se claramente que o senador inclina-se para um discurso que almeja uma posição diplomática pró-ativa do Brasil na Questão do Prata. Ademais, as intervenções anglo-francesas não passavam, para o senador, de um mero período de latência para um conflito mais sério entre o Brasil e a Confederação Argentina. Afirmara também D. Manoel que o Senado já tinha conhecimento das supostamente exageradas pretensões de Rosas, referindo-se às disputas pela livre navegação nos rios da Bacia Platina, com o mais estratégico deles para o Brasil sendo o Rio Paraná. Assim afirma:

Dizia eu que devíamos prever, que quando o governador de Buenos Aires se visse desembaraçado da intervenção, havia de pôr em execução o seu plano, para o qual já tinha dado muitos passos. O senado sabe das exageradas pretensões do general Rosas, tanto a respeito do Paraguai como a respeito mesmo de Montevideú. Ao Paraguai tinha ele fechado toda a comunicação e proibido a navegação pelo rio Paraná; Montevideú, desde o momento em que o general Oribe tomasse conta da cadeira presidencial, não era mais que um delegado do general Rosas ;e mesmo eu duvido que o general Oribe, apesar mesmo de apoderar-se de Montevideú com o auxílio de Rosas, continuasse por muito tempo a conservar-se na cadeira presidencial. Mais alta é a ambição do general Rosas. (ANAIS DO SENADO, 1851, p. 138)

Seja uma opinião, seja uma constatação a fala do senador que caracteriza um ditador expansionista e inescrupuloso capaz de trair até mesmo seu aliado Manuel Oribe<sup>9</sup>, é fato que Soares (2021), partilha uma semelhante leitura acerca das políticas interna e externa de Juan Manuel de Rosas. O autor caracteriza, respectivamente, os aspectos político e diplomático do regime de Rosas, o classificando como ditadura e o qualificando como expansionista. Segundo Soares:

A longa ditadura de Rosas, expansionista e paroxística, sonhando com a reconstituição do Vice-Reino do Prata, foi um processo revolucionário que inspirou temores aos países vizinhos. O ritmo violento desse processo revolucionário assinalou-se por tendências internas e externas. (SOARES, 2021, p.96)

A razão pela qual Soares afirma que Rosas sonha com a restauração do antigo Vice-Reino do Prata não é difícil de se desvendar. As constantes intervenções de Rosas contra a República Oriental do Uruguai - através das ações militares de seu aliado, o caudilho Manuel Oribe - e contra o Paraguai - por meio dos bloqueios ao Rio Paraná - são indícios do desejo, se não de conquista

<sup>8</sup> O nome “Cairu”, referente a um município da Província da Bahia, assim está grafado em virtude da vigência das atuais normas ortográficas.

<sup>9</sup> Caudilho uruguaio atuante durante as guerras independentistas ocorridas no Uruguai entre 1811 e 1827 contra o domínio luso-brasileiro na Banda Oriental. Chegou à presidência da República Oriental do Uruguai em 1835, mas fora deposto pelo general Rivera em 1836, no que se aliou a Rosas tentando por diversas vezes retomar o poder por meio de cercos a Montevideú entre 1839 e 1851. Este período é denominado pela historiografia uruguaia como *La Guerra Grande*.

territorial, ao menos intervencionista sobre toda a região platina por parte do governo de Buenos Aires.

A propósito, Soares relembra, que em 1846, quando os Estados Unidos da América ofereceram mediação diplomática à Confederação Argentina e ao Paraguai para tentar por fim ao bloqueio fluvial imposto por Rosas em 1845 como resposta ao desejo do governo paraguaio de ter reconhecida sua independência, Buenos Aires respondeu “*Que únicamente la Confederación Argentina es dueña del río Paraná.*” (ROSAS, 1845 apud SOARES, 2021, p.108).

O mesmo autor cita evento significativo e ligado a grave acusação: uma alegada tentativa de Rosas de influenciar os revoltosos farroupilhas em favor de seus interesses, na então rebelde Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Brasil. O líder da Confederação Argentina teria, intervindo de tal maneira no conflito entre farrapos e imperiais, a ponto de irritar as lideranças rebeldes (SOARES, 2021). Ademais, segue citando um interessante trecho extraído do Manifesto de Ponche Verde, redigido em 28 de fevereiro de 1845 e acordado entre farroupilhas e imperiais:

Um poder estranho ameaça a integridade do Império e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas iniquidades e nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos, ao bem geral do Brasil. (SOARES, 2021, p.96)

Tal alegação trazida pelo autor através da transcrição do manifesto, se, por um lado, em si não atesta culpa de Rosas em qualquer intervenção para com os farrapos, por outro, denota o clima geral de desconfiança que reinava na década de 1840 para com o governo de Buenos Aires. Clima tal que fora prolongado e ainda seria lembrado através de falas como a do senador D. Manoel. O parlamentar, não se dando por satisfeito com o que já havia proferido, também teceu críticas ao modo como o governo brasileiro deu as costas a uma eventual aliança com o Paraguai. O senador rememora um evento importante a respeito da atuação brasileira no que concerne à serventia estratégica da República do Paraguai, aproveitando também para rebater a expressão “em papel” – que dera um tom de que as falas de D. Manoel não passavam de suposições - proferida por seu colega Manuel Alves Branco. Disse o parlamentar que:

Senhores, desde que desprezamos a aliança de um amigo tão natural como era o Paraguai nós tínhamos dado passos retrógrados em relação aos verdadeiros interesses do país. Era essa aliança que nunca deveríamos ter desprezado, tanto mais quanto nos foi oferecida não só pelo interesse do Brasil como pelo do Paraguai, por que pode o Paraguai só por si combater com Rosas? Não se sabia que Rosas era uma potência que só tinha por competidor o Brasil, que com o seu governo, com os seus recursos tudo faria? Pois o nobre senador entende que Rosas não tinha bastante recursos para incomodar o Paraguai, para incomodar Montevideú, para incomodar muito e muito o Brasil? Não tinha? Creio que o nobre senador está muito enganado a esse respeito. Eu também tenho tido a curiosidade

de estudar, de meditar nestas coisas; também algumas horas vagas aplico em pensar nas nossas relações com as repúblicas do Prata, e parece-me que há muito se devia tomar o expediente que talvez hoje o governo tenha tomado. (ANAIS DO SENADO, 1851, p.139)

Aplicando-se aqui o conceito de geopolítica segundo Kjellén, enquanto a ciência que estuda o Estado atuando como organismo geográfico manifestando-se em um espaço (TOSTA, 1984 apud VIEIRA, 2005), pode-se identificar dois grandes estados, ou organismos geográficos atuantes, além das óbvias Inglaterra e França, abordados nas falas: o Império do Brasil e a Confederação Argentina, estes que se manifestam em determinado espaço geográfico no Cone Sul através de movimentações diplomáticas, comerciais e até mesmo militares - deixando aqui de lado a complexidade das manifestações e interações culturais sempre passíveis de análise.

Analisando de um ponto de vista geopolítico, Uruguai e Paraguai possuíam, para o Império Brasileiro, uma clara função de serem tanto aliados do Brasil em uma estratégia mútua de contenção da Argentina, quanto de serem estados-tampão<sup>10</sup>. Tais estados garantiriam ao Brasil tempo suficiente para mobilização militar interna a fim de responder a uma eventual agressão argentina.

**Figura 2- Rosas vestido como gaúcho em 1842, por Raymond Monvoisin**



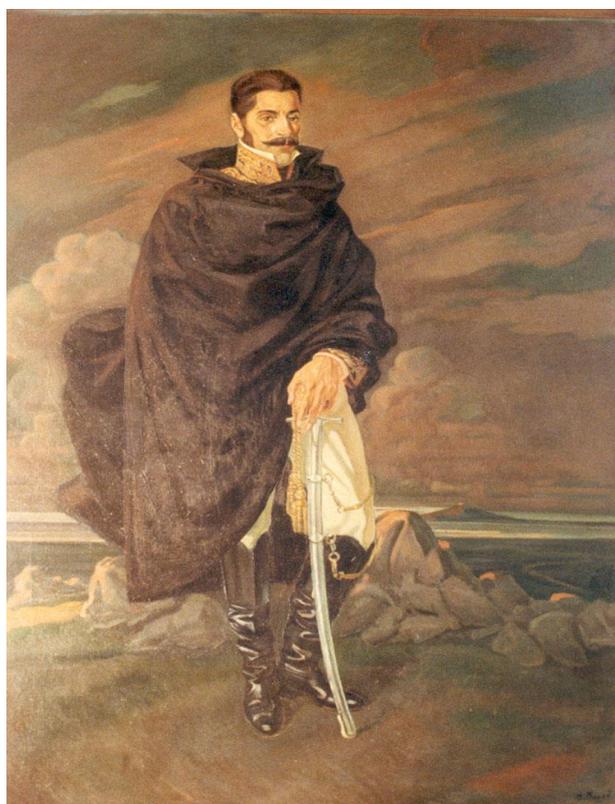
Fonte: Wikimedia Commons (2015)

---

<sup>10</sup> Termo utilizado no campo da geopolítica para designar um país ou território situado entre duas ou mais potências regionais a fim de se evitar confronto militar direto entre as mesmas.

Assim posto, é possível conjecturar um potencial real motivo de o Império reconhecer a independência do Paraguai, por exemplo. Se Rosas, porventura, ousasse anexar aquela pequena república a fim de torná-la mais uma de suas províncias unidas, a região sul do Brasil estaria flanqueada a ocidente, ou seja, Rosas poderia atacar províncias como Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Inclusive pode-se ir ainda mais longe, afinal, Rosas poderia também ter a opção de colocar na Presidência do Uruguai um partidário de sua causa expansionista (Manuel Oribe), o que permitiria ao governador de Buenos Aires, amparado por direito de passagem advindo do governo uruguaio, invadir o Rio Grande do Sul passando pelo território do Uruguai.

**Figura 3 - Retrato de Manuel Oribe como presidente do Uruguay**



Fonte: Domínio público (1925)

Aliás, o interesse geopolítico brasileiro pelo estabelecimento e manutenção de estados-tampão em suas fronteiras – embora não explícito, mas implícito no reconhecimento da independência paraguaia e nos protestos da diplomacia imperial contra os assédios rosistas<sup>11</sup> a Montevideo – trata-se de uma demanda política não apenas externa, mas também interna. A mesma é uma preocupação legítima, mas que possui sérias repercussões na política externa, entendendo-

---

<sup>11</sup> Relativo ao Rosismo, um movimento de apoio político e militar ao caudilho Juan Manuel de Rosas e surgido dentro do Partido Federal Argentino na década de 1830.

se aqui tal aflição política e geopolítica como algo ligado à segurança das fronteiras, à manutenção da soberania nacional e à garantia dos direitos de autogoverno e autodeterminação. Inclusive, é preciso lembrar que o estabelecimento da República Oriental do Uruguai ocorre em um contexto de conflito entre as Províncias Unidas do Rio da Prata e o Império do Brasil; quer dizer, o fim da Guerra da Cisplatina e o Acordo de 1828<sup>12</sup>, ocasiões a partir das quais a República Oriental do Uruguai emerge enquanto estado-tampão entre os territórios dos dois países que o disputavam.

É preciso que haja parcimônia e se considere que, da mesma forma que um ideal expansionista<sup>13</sup> como o de Rosas pôde levar dois países<sup>14</sup>, além de duas províncias<sup>15</sup> argentinas rebeldes, a uma guerra, a defesa brasileira e anglo-francesa<sup>16</sup> da liberdade das repúblicas platinas menores, teve potencial de cercar a Argentina e ameaçar a demanda pelas seguranças fronteiriça e interna da mesma. Tal como quando Dom João VI, conquistara a Banda Oriental, como resposta à agressão napoleônica na Europa, expandindo o domínio luso até a frente da cidade de Buenos Aires entre 1811 e 1815 (SOARES, 2021).

Os dizeres não podem ser reduzidos a meras mensagens a serem decodificadas, pelo fato de serem, na verdade, efeitos de sentido produzidos em determinadas condições e que estão presentes no modo como se diz. (ORLANDI, 1999) Por conta de tal presença, segundo a teórica, tais efeitos acabariam por deixar vestígios que um analista necessitaria apreender. Seriam pistas necessárias para compreender os sentidos produzidos que relacionam o dizer com sua exterioridade.

Segundo Orlandi: “Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito e com o que poderia ser dito e não foi”. (ORLANDI, 1999, p. 30). Portanto é preciso que na análise de tais discursos, se considere não apenas as reivindicações de parlamentares do Senado e estancieiros do sul por segurança doméstica, mas também, as intenções das elites brasileiras como um todo, aquelas que não estão ditas, que se devem encontrar por vestígios. Por exemplo pode-se apontar como sendo algo importante para as elites brasileiras à época a manutenção do status quo do regime imperial vigente: centralizado, tendo as elites fluminense, paulista, mineira e as mais tradicionais das províncias, que hoje delimitamos como região nordeste, presentes e atuando para direcionar, conforme seus anseios, a política nacional com seus desdobramentos na política externa.

---

<sup>12</sup> Acordo mediado pela Inglaterra e firmado entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, que concedeu independência ao território da Banda Oriental (anterior Cisplatina e posterior Uruguai), além de confirmar o direito de navegação do Brasil através do Rio Paraná.

<sup>13</sup> Assim posto considerando a narrativa que caracteriza a política externa de Rosas e que é sustentada tanto por Dom Manoel no Senado quanto por Soares em sua obra.

<sup>14</sup> Império do Brasil e Confederação Argentina durante a Guerra do Prata (1851-1852).

<sup>15</sup> As províncias argentinas de Corrientes e Entre Ríos em 1851 ao aliarem-se com o Império Brasileiro para a derrubada de Rosas.

<sup>16</sup> Sobre os bloqueios navais realizados por Inglaterra e França contra Buenos Aires nas décadas de 1830 e 1840.

Portanto, se, para Milza, tem havido uma gradual derrubada na diferenciação de naturezas entre os ditos “assuntos de fora” e os de “dentro” na ciência política (RÉMOND: MILZA, 2003), vê-se nas falas acerca de ações da política externa brasileira certa natureza de continuidade e ligação para com a política interna. Ou seja, aqui os “assuntos de fora” podem ser vistos como um desdobramento externo da defesa dos interesses agrícolas, da unidade nacional e da manutenção do status quo do regime monárquico e civil vigente no país.

Essas três pautas eram urgentes para um país que desde 1831 – quando da abdicação de Dom Pedro I – até meados de 1845 - com a pacificação da Província do Rio Grande do Sul - viveu revoltas separatistas; instabilidade política e econômica, além de ter suas fronteiras do sul e a comunicação com a Província do Mato Grosso constantemente ameaçadas por Rosas em suas sanhas expansionistas. Dado o quadro político e econômico brasileiro descrito, a liberdade de ação da elite política nacional, fosse através do governo imperial pelas vias de fato ou pelo Senado na apologia discursiva para a tomada de determinadas decisões, dava-se em virtude de pressões e circunstâncias internas e externas.

As internas eram advindas das classes agrícola-escravista, política e burocrática. À primeira referia-se à demanda por ações contra o ditador argentino por conta do prejuízo ocasionado pelos bloqueios impostos por Rosas ao comércio de produtos brasileiros (leia-se agrícolas em sua esmagadora maioria) tanto nos portos litorâneos de Montevideú e Buenos Aires, quanto nos fluviais dos Rios Paraná e Paraguai. Logo os interesses geopolíticos do Império do Brasil na região do Prata confundiam-se com os interesses da elite agroexportadora brasileira, tão prejudicada pelos bloqueios impostos por Rosas.

Já às duas restantes que ambigualmente fundiam-se por vezes, primavam pela conservação do regime imperial e sua estrutura administrativa, que lhes eram meios tanto de defesa dos interesses da classe agrícola, da qual muitos provinham; quanto meio de subsistência no campo do funcionalismo público (CARVALHO, 2008). No tocante às pressões externas, pode-se referir ao fato de que os mesmos bloqueios prejudiciais ao comércio brasileiro, foram também nocivos à França e à Inglaterra. Segundo Soares:

Nesse tempo mantinha a França florescente comércio com a América Latina, especialmente com o Brasil e com os países do Prata. Pouco tempo depois, Thiers, pronunciando discurso na Câmara Legislativa, assinalava a riqueza desse comércio, afirmando que “na América do Sul, para 295 navios franceses, havia quarenta e poucos, e nesses quarenta e poucos, havia 39 espanhóis e dez americanos”<sup>66</sup>. E reconhecia que o tráfego comercial tomava tal vulto que ultrapassava o desenvolvimento do comércio na América do Norte. Por conseguinte, as violências cometidas pelo ditador Rosas estavam prejudicando não apenas o comércio francês, também o britânico na zona do Prata. (SOARES, 2021, p. 103)

Uma eventual perda de territórios ao sul, uma invasão do Uruguai por parte da Argentina ou até mesmo uma derrota brasileira para Rosas poderia colocar em risco as legitimidades popular e oligárquica do regime. Tendo por base exemplar a reação da sociedade civil e política brasileira em 1831 - após a derrota ou o impasse na Guerra da Cisplatina, o autoritarismo do imperador e escândalos pessoais - que obrigou a renúncia de Dom Pedro I, é possível presumir que a permanência da dinastia dos Bragança pudesse ser questionada pelas elites nacionais, estas mesmas que poderiam tomar para si os rumos do estado; ou seja, o fantasma republicano - em tese erradicado após o sufocamento da Revolução Praieira de (1848-1850) - tinha chances de voltar à tona. A princípio esta é uma mera conjectura, mas provavelmente nunca desconsiderada pelos dirigentes do Estado brasileiro, afinal a permanência do regime por eles dirigido dependia de seu êxito tanto internamente quanto externamente.

O senador também trata em seu discurso da delicada situação de acesso e comunicação do Brasil para com a Província do Mato Grosso através do Rio Paraná. Acesso que era dependente da boa vontade do governo de Buenos Aires, afinal as embarcações brasileiras poderiam a qualquer momento ser barradas no ponto de acesso ao Rio Paraná dentro do estuário do Prata. É preciso lembrar que Inglaterra e França fizeram o mesmo entre os anos de 1845 e 1850 contra o governo de Rosas, sitiando a cidade portuária de Buenos Aires, sufocando sua economia e comunicação litorâneas como forma de forçar Juan Manuel de Rosas a abrir, o mercado das Confederação Argentina <sup>17</sup> aos produtos ingleses e franceses, a exemplo da menção da fala do trono realizada pelo Rei Luís Filipe I, da França sobre tal interesse, declarando em 1838 que:

[...] somente com o apoio de uma poderosa marinha poderão abrir-se novos mercados aos produtos franceses [...]. Em alguns Estados da América do Sul, os direitos dos súditos franceses foram desconhecidos e seus bens sequestrados por meios idênticos aos que se deviam suportar noutros tempos no Oriente com o nome de excessos. (ORLEANS, 1838 apud SOARES, 2021, p.91)

Se delicada e desconfortável era a posição da França no Atlântico Sul, gravíssimas eram situações em que se encontravam o Paraguai e o Uruguai, nações com menores territórios, populações numericamente acanhadas e com inexpressivo poderio militar. No entanto, os dois países tinham uma função estratégica, para que o Brasil mantivesse sua segurança doméstica através do estabelecimento de estados-tampão naquela região.

A tão necessária comunicação entre a Corte do Rio de Janeiro e a Província do Mato Grosso, por exemplo, tinha como condição sine qua non a livre navegação pelo Rio Paraná. Comunicar-se

---

<sup>17</sup> Nome anterior dado à majoritária parcela do território que hoje constitui a República Argentina, sendo também uma referência ao modelo federalista de governo defendido e exercido por Juan Manuel de Rosas entre 1831 e 1852.



No mesmo discurso, o senador considera má estratégia o aumento das despesas pelo Ministro da Fazenda. Mas por quê? Pois bem, justamente pela questão da provável iminência de gastos militares extraordinários por parte do Império. Afirma o parlamentar que:

O nobre ministro fez uma grande reforma no tesouro, e aumentou ordenados; sobre isso, peço licença a V. Ex.<sup>a</sup>. para fazer algumas observações. Os nossos funcionários são em geral mal retribuídos, mas eles devem neste momento ter paciência, não exigir aumentos. Quando um país está como o nosso empenhado em manter seus direitos, quando está fazendo despesas extraordinárias com o exército e a armada, deve acaso o cidadão empregado público exigir aumento de ordenado? Digo que não. Deixe isso para tempos mais prósperos, para tempos normais, que os atuais não o são por certo. O Sr. ministro da fazenda aumentou ordenados; eu não o faria. Entendo que se não pode, nem deve agora aumentar um ordenado, embora as rendas cresçam, como é claro que têm crescido, e que tenhamos mesmo uma sobra; devemos estar preparados para as eventualidades de uma guerra, que não sei se realizará. Eu digo a S. Ex.<sup>a</sup>., no seu lugar não aumentaria ordenado algum; em tempo competente se teriam em consideração os serviços desses empregados, e se aumentariam os ordenados. (ANAIS DO SENADO, 1851, p.141)

A seguir, um aspecto óbvio dos discursos do Senador D. Manoel, são as suas justificativas para minar a figura de Juan Manuel de Rosas entre os senadores do Império. D. Manoel antevê e deseja evitar uma invasão da Província do Rio Grande do Sul por parte de Rosas da mesma forma que relembra dos conflitos fronteiriços entre brasileiros e uruguaios. Encerra o parlamentar rememorando que:

Senhores, ainda a imprevidência trouxe os desastrosos acontecimentos do ano passado no Rio Grande do Sul. Digo desastrosos, e digo-o de propósito, porque podíamos ter evitado que súditos brasileiros empunhassem as armas para tomar vinganças das atrocidades, dos atentados praticados contra eles desde 1845; porque o senado sabe que desde esse ano numerosas representações vieram da província de S. Pedro sobre aqueles acontecimentos. Os mesmos presidentes oficiaram ao governo comunicando os atentados que praticava Oribe e os seus agentes, reduzindo famílias brasileiras à mendicância e à miséria, e o que ainda é mais assassinando-as, como nos horrorosos acontecimentos dos Três Árboles. (ANAIS DO SENADO, 1851 p.140)

O senador parece buscar chocar a opinião de seus colegas, quem sabe até mesmo a opinião pública, comovendo o Senado e o país com relação às ações dos agentes de Oribe na fronteira sul, dando, assim, legitimidade para a tomada de posturas mais firmes no âmbito da política externa brasileira, tão criticada por D. Manoel nas primeiras falas. Em seguida, o parlamentar teceu elogios às falas imperador, à atuação militar do Barão de Jacuí<sup>18</sup>, além de demonstrar cautela sobre quais

---

<sup>18</sup> O Barão de Jacuí, ou Francisco Pedro Buarque de Abreu, foi um comandante militar brasileiro que atuou na região sul do país, durante a Revolução Farroupilha, e no Uruguai no período das alegadas expropriações de gado e propriedades de estancieiros brasileiros perpetradas por Manuel Oribe. Todavia, a atuação do Barão não de dava com o apoio oficial do governo imperial, estando ligada a uma guerra de guerrilha em prol da defesa das propriedades dos estancieiros brasileiros no sul do Rio Grande do Sul e no Uruguai. Tais empreitadas ficaram conhecida como “Califórnia de Chico Pedro” e ocorreram entre 1849 e 1850.

às informações expões a respeito do tema diante do ministro dos negócios estrangeiro, presente na sessão em questão. Dom Manoel assim se pronuncia:

O SR. D. MANOEL: – E podiam os brasileiros, senhores, podia o governo cruzar os braços a tantos atentados? Se cruzassem os braços não seria de recear a repetição dos acontecimentos do ano passado?

Senhores, eu não sou suspeito; não louvo, nem posso louvar, pelo contrário reprovo, todos os atos de insubordinação. Mas, depois que tantos brasileiros foram levados a um tal ponto de desesperação sem recurso algum o que se podia esperar que acontecesse? Tanto é assim que o trono falou como um pai a respeito desses súditos brasileiros, na abertura da sessão passada. Reprova, nem podia deixar de reprovar esses acontecimentos, mas lá está o período em que se relatam todos os atentados praticados contra os brasileiros, que ao rompimento do barão de Jacuí deram causa. E, senhores, o barão de Jacuí cobriu-se de glória no Rio Grande do Sul, é homem de desembainhar a sua espada tantas vezes em defesa da sagrada causa da monarquia constitucional, não era capaz, sem uma causa imperiosíssima de arvorar o estandarte da revolta. A prova da sua fidelidade é a pressa que se deu em obedecer, depondo as armas e entregando-se à clemência imperial. E entretanto exigia o Sr. Guido que ele fosse castigado! Aí correm impressas as suas notas sobre este objeto.

Eu vi hoje de relance o relatório do Sr. ministro dos negócios estrangeiros, e observo a reserva que S. Ex<sup>a</sup>. guarda a respeito destes negócios. Creio que toda a reserva é necessária. Eu mesmo não quero agora emitir minhas idéias acerca do que se está passando nas repúblicas do Prata, acerca do que eu entendia que se devia fazer; não quero, porque me persuado que nesta parte o nobre ministro talvez julgue que posso fazer algum desserviço ao país.

Senhores, repito, não quero a guerra, desejo ardentemente que o governo empregue todos os esforços para evitá-la; mas, se depois de esgotados todos os recursos, não houver remédio senão lançar mão da força, devemos cumprir pontualmente o que nos diz o trono. (Lê a parte do discurso da coroa, que se refere a este ponto.) Estas palavras têm um alcance imenso, dá assunto a sérias reflexões, mas deixarei de fazê-las, por que me persuado que não são oportunas. (ANAI DO SENADO, 1851, p.140)

D. Manoel defendeu ao longo de suas falas a tomada de uma posição mais enérgica do governo imperial contra as agressões de Rosas e Oribe para liberar os acessos fluviais, tão estratégicos ao Império; proteger os súditos brasileiros da fronteira sul e garantir o comércio de produtos brasileiros nos portos austrais<sup>19</sup>. O Senador, portanto, realizara apologias em prol dos dois principais interesses geopolíticos do Império no Prata: a liberdade de comércio e navegação e a defesa das fronteiras ao sul e ao oeste<sup>20</sup> do território brasileiro. Todavia, o senador mantém cautela em seus dizeres, pois é presumível, seja a um leigo leitor ou a um analista de discurso, que, a depender do que D. Manoel dissesse publicamente, existia a possibilidade de desmantelamento do elemento surpresa. Quer dizer, era preciso que, para o bom andamento dos planos geopolíticos do governo imperial, não se revelasse os próximos movimentos no tabuleiro geopolítico do Prata em um discurso no Senado.

<sup>19</sup> Aqui refere-se aos portos mercantes de Buenos Aires e de Montevidéu.

<sup>20</sup> Retomando a questão da navegação pelo Rio Paraná, meio essencial para manter a soberania sobre o território da isolada e longínqua Província do Mato Grosso.

Tomou igualmente o devido cuidado para não aparentar desejo de beligerância pelas vias de fato, isso ao afirmar que desejava o emprego de todos os esforços possíveis para evitar uma guerra. Entretanto, não desconsiderando a possibilidade de conflito, lembrou a necessidade de agir conforme as palavras proferidas pelo Imperador Dom Pedro II na sessão de abertura do ano legislativo no dia 03 de maio de 1851. Assim proferiu o Imperador:

Por maior que seja o meu desejo de manter a paz não deixarei de dar aos meus súditos a proteção que lhes devo, nem serei indiferente a acontecimentos que possam prejudicar a segurança e tranqüilidade futura do império, tendo sempre por um dever respeitar a independência, as instituições e a integridade dos Estados vizinhos e nunca me envolver de modo algum em seus negócios internos. (ANAIS DO SENADO, 1851, p.07)

**Figura 5 - Senador Manuel de Assis e Mascarenhas**



Fonte: Wikimedia Commons (2018)

Os discursos que cabem dentro da Questão do Prata nesta sessão encerram-se na página 141 com a última fala aqui citada de D. Manoel a respeito das agressões sofridas pelos estancieiros brasileiros e das ações de Jacuí no sul. Por fim, foi possível perceber a posição hostil e combativa encabeçada por Manuel de Assis Mascarenhas contra a persona política de Juan Manuel Rosas. O próximo senador cujas falas serão analisadas serão se mostrará mais flexível, apaziguador e focado em soluções mais arrojadas. Trata-se de Antônio Francisco de Paula de Hollanda Cavalcanti.

Todavia, embora antagônicas, como será visto no próximo capítulo, os posicionamentos distintos dos senadores acabam por representar interesses complementares para a continuidade das vidas política e econômica do país na década de 1850.

Ao mesmo tempo e em oposição - muito mais complementar do que de confronto - Hollanda Cavalcanti falará em prol de soluções que desviam das vias de enfrentamento nas fronteiras do sul e vão em direção à integração comercial do Império com os países mais ao norte de nossas fronteiras. Ambos tocaram em uma questão cerne do período histórico-econômico abordado: o interesse econômico da elite agrária e exportadora brasileira que tanto necessitava ou de segurança para o comércio no sul ou de novos mercados ao norte.

## 2.2 SESSÃO DO DIA 20 DE MAIO DE 1851

A partir do final da página 207, novamente a pauta das questões relacionadas ao Prata tem lugar nas falas, iniciando-se pela iniciativa do Senador Antônio Francisco de Paula de Hollanda Cavalcanti, representante da Província de Pernambuco. Ao comentar sobre as largas dotações de despesas realizadas pela Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul às câmaras municipais, bem como em relação a alegadas delegações legislativas indevidas às mesmas por parte de presidentes de província e permitidas por um ato adicional da constituição. Cavalcanti logo muda o foco para a Questão do Prata, citando um interessante trecho da fala do trono do dia 07 de maio do mesmo ano. Disse o Senador, mediante respostas de seus colegas de plenário:

O SR. HOLLANDA CAVALCANTI: Sim, quando se referem às posturas, e à polícia interna das câmaras, etc. Não, não votei pelo ato adicional, mas sustento-o como sustento toda a constituição. Ele não perturbou a sociedade; quem a perturba são as nossas condescendências, são as nossas pretensões, o nosso desmazelo; e o abandono, a falta de fé que temos nas nossas instituições. Tudo isso é que a perturba. Lede, estudai, comparai, vede a fatalidade que nos arrasta ao abismo! Estou persuadido que, depois da do Rio de Janeiro, a província mais feliz é a do Rio Grande do Sul; e a prova é muito fácil. Vede como legislam as assembleias de outras províncias. E é pelas pretensões de alguns proprietários do Rio Grande do Sul, dignos em verdade de todo o apoio, e pelos insultos que pode ter sofrido um ou outro proprietário do Rio Grande do Sul, que havemos de despovoar o Norte para juncar aquela província de cadáveres baianos, pernambucanos, maranhenses? É essa a boa política? É essa a que hei de comprometer-me a sustentar?

O SR. BAPTISTA DE OLIVEIRA: – Não são os cadáveres que enriquecem a província.

O SR. HOLLANDA CAVALCANTI: – Fertilizam a terra. E o dinheiro que para lá vai para pagar a essa gente?

O SR. ARAUJO RIBEIRO: – Para pagar a gente do Norte.

O SR. HOLLANDA CAVALCANTI: – Fica na província.

O SR. ARAUJO RIBEIRO: – Não fica lá, vem para o lugar donde vão os petrechos.

O SR. HOLLANDA CAVALCANTI: – Sei que vai para lá gente para morrer, não batendo-se, mas de frio e de miséria.

O SR. ARAUJO RIBEIRO: – Gozam lá da melhor saúde.

Mas não voltam à sua província. Sr. presidente, tenho falado em algumas coisas do Rio Grande do Sul; mas ainda não entrei nessa questão do Rio da Prata. Vejo todo esse aparato, vejo a fala do trono dizer "conquanto eu seja muito amigo da paz, todavia..." Ora,

não suponho que os nobres ministros aconselhem à coroa a fazer como certo freguês de um carneiro que exigia que lhe desse boa carne: "Dê-me boa carne, quando não... – Quando não o que? perguntou-lhe o carneiro. – Vou sem ela." (ANAIS DO SENADO, 1851, p.208)

Ao fim da fala, curiosamente, o parlamentar realizara uma breve análise de caráter cômico, ou no mínimo irônico, acerca da contida e cautelosa fala do Imperador. Cavalcanti desnudara as prováveis pretensões não publicamente ditas, sejam elas do imperador ou dos conselheiros do mesmo para com as opções de solução referentes aos embaraços diplomáticos e geopolíticos na região do Prata. Ironicamente, o senador parece ter realizado uma espécie de análise de discurso que buscou o que poderia ser dito e não foi. Aliás, segundo Orlandi:

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer do texto também fazem parte dele. (ORLANDI, 1999, p.30)

Visto isso, agora torna-se possível analisar o porquê de Cavalcanti ter contestado as palavras do imperador ante a suposta intenção pacífica de não intervenção de Dom Pedro II nos assuntos internos das repúblicas do Prata. Para tentar responder a tal questionamento, faz-se evidente que a sequência da mesma fala do Senador demonstra, segundo as convicções do mesmo, o motivo de suas irônicas colocações anteriores. O parlamentar aparenta ter características muito mais arrojadas, pragmáticas e até oportunas por nele trazer uma proposta adicional. Cavalcanti também questiona a beligerância de seus antecessores de debate a respeito das pendências entre o Império Brasileiro e a Confederação Argentina:

Não suponho que os nobres ministros aconselhem assim a coroa; suponho que se Oribe não der a satisfação, a coroa está obrigada a desembainhar a espada. (Apoiados.) Mas, pergunto-lhe, o que é isso? desembainhar a espada para que? Para castigar a Oribe? Senhores, enganemo-nos; a natureza, ou a ordem das coisas, tem-nos colocado de maneira tal, na América do Sul, que só podemos ser amigos; estas potências da América do Sul, em relação a suas vizinhas, só podem ser amigas; luta de uma com outra equivale ao suicídio de ambas." (ANAIS DO SENADO, 1851, p.209).

Dando sequência ao seu raciocínio, Hollanda Cavalcanti coloca-se numa posição que poderíamos definir como anti-intervencionista, ou talvez cooperacionista, apaziguadora ou convictamente pacificadora para um ingênuo receptor do discurso. Trato por ingênuo, porque, o mesmo senador traz ao plenário uma proposta aquém das questões mais imediatas relativas às

tensões no Prata: a possibilidade da abertura do Rio Amazonas às nações vizinhas do Brasil na América, registrada pouco mais a frente, na página 210. Cavalcanti diz que:

Assim como não havemos conquistar Buenos Aires, também não tenho medo de Buenos Aires; tenho a convicção de que tanto lucro há da nossa parte em declarar a guerra, como da parte contrária; que todos os nossos interesses se identificam com a paz; que o Brasil, que a América do Sul foi constituída para viver em paz; e quem sabe se os sonhos de uma futura federação não se realizarão ainda? Ai da América do Sul se ela não conhecer a sua verdadeira posição! No relatório do Sr. ministro dos negócios estrangeiros não se pode negar que se acham algumas palavras acerca dos negócios da América do Sul, onde se encontram algumas das minhas opiniões. Não duvido que se possam tirar das mesmas palavras que há nesse relatório corolários em abono da minha opinião; mas desconfio que é pau de dois bicos, que quando se quiser a paz, a paz; quando se quiser a guerra, a guerra. O que porém é necessário ver é se o sistema da administração atual é o sistema americano, se deseja relações amigáveis com todas as potências que nos avizinham. E se o estado excepcional, senhores, de alguns Estados do Rio da Prata não permitir ainda que tornemos nossas relações amigáveis com esses países, porque não as encetamos pelo norte? Porventura os Estados vizinhos do norte acham-se na mesma posição que o Rio da Prata? Há com eles as mesmas antecedências; as mesmas intrigas? Não. Pois por que razão não se há de abrir o Amazonas a todos os nossos vizinhos? Por que não entramos em negociações com eles? Se as não podemos estabelecer com o sul, porque não as estabeleceremos no norte? Nós em boas relações com esses Estados da América, com as comunicações naturais dos nossos rios, entrando em comunicações, não teremos um meio de riqueza, de indústria, de formarmos uma marinha, de sermos algum dia respeitados pelas grandes nações? (ANAIS DO SENADO, 1851, p. 210)

No devido contexto de sua fala, é possível identificar certa apologia a uma cordialidade cooperacionista entre as nações americanas que estão além das pendências do Brasil para com as repúblicas do Prata. Ou seja, o senador aparenta não compreender, até mesmo indignar-se com o isolamento, ou talvez acanhamento, diplomático e comercial entre o Brasil e seus estados vizinhos da região norte da América do Sul; estes que, ao menos em conjectura, poderiam proporcionar ao Império Brasileiro grande riqueza por meio do comércio e da indústria; e através da constituição de uma robusta marinha mercante nacional.

Interessante é o fato de que os empecilhos circunstanciais que tornam insegura, por exemplo, a navegação mercante brasileira na Bacia do Prata, parecem forçar novas soluções em caso de agravamento ou escalada das tensões na região. Portanto, quando Hollanda Cavalcanti questiona o porquê de o Rio Amazonas não estar aberto aos vizinhos do Brasil, pode o parlamentar estar ponderando desde já solução alternativa a uma eventual e futura perda dos direitos brasileiros de navegação no sul, seja por meio de bloqueios navais temporários, seja por imposição de tratados desfavoráveis ante um hipotética derrota militar ou diplomática do Brasil no Prata. Ou, pior, mediante algum tipo de sabotagem comercial das duas principais potências atlânticas do contexto abordado: Inglaterra e França.

Contudo, não aparenta ser algo analiticamente seguro ou preciso limitar-se à visão de que Hollanda Cavalcanti esteja tão pessimista e atrelado ao temor de um desastre geopolítico que viesse a ser perpetrado por Rosas. Sobre a possível abertura do Rio Amazonas, faz-se possível novamente conjecturar que uma integração comercial poderia se dar também como forma de expansão -ao invés de substituição - das redes comerciais brasileiras no continente – beneficiando o setor agroexportador com os lucros, mas também o Estado com a geração de receitas nas alfândegas fluviais e marítimas. Além do mais, Cavalcanti segue com a apologia do que se pode presumir ser uma necessidade de afirmar uma política comum soberana americana, algo possivelmente expressado na defesa que o senador faz em prol da paz para com a Argentina no seguinte trecho:

Ah! V. Ex.<sup>a</sup>. com esse aparte vem recordar coisas tão tristes, Sr. marquês! Algum dia se há de saber a história da nossa independência, que não está ainda sabida (apoiados); então V. Ex.<sup>a</sup>. saberá como as coisas se passaram. Nos nossos arquivos, senhores, existem os documentos da nossa história; por mais que nós os queiramos retirar da publicidade, algum dia hão de vir a público, e ver-se-ão se foi Buenos Aires que nos fez os males. Permita o nobre marquês que lhe diga que quem os fez foram os portugueses (apoiados), foi a nossa independência portuguesa. (Apoiados.). (ANAIS DO SENADO, 1851, p.209)

Aqui está claro que o sentimento antiportuguês de Cavalcanti supera qualquer eventual aspiração antiargentina ou antiplatina. Para o parlamentar, os praticantes dos ditos “males” não poderiam ser os argentinos, mas sim os colonizadores. Também é oportuno lembrar que o senador Dom Manoel, na Sessão do dia 17 de maio, considerou má estratégia o aumento das despesas pelo Ministro da Fazenda. Mas por quê? Pois bem, justamente pela questão da provável iminência de gastos militares extraordinários por parte do Império. Eis um bom ou razoável argumento para convencer um governo a aumentar suas rendas, uma vez que o mesmo acabara de aumentar suas despesas (ou ordenados). Proferiu D. Manoel que:

O Sr. ministro da fazenda aumentou ordenados; eu não o faria. Entendo que se não pode, nem deve agora aumentar um ordenado, embora as rendas cresçam, como é claro que têm crescido, e que tenhamos mesmo uma sobra; devemos estar preparados para as eventualidades de uma guerra, que não sei se realizará.” (ANAIS DO SENADO, 1851, p.140)

Ou seja, ambos os senadores estão conscientes do iminente risco do caos nas contas públicas mediante uma situação de guerra. A diferença entre os dois é que D. Manoel pedira cautela em tal elevação de ordenados, ao passo que Cavalcanti, aparentemente mais arrojado, pode, na verdade, estar propondo um possível controle aos danos, causados por uma eventual guerra contra Rosas, nas alfândegas do sul. Quer dizer, através de eventuais lucros nas alfândegas do

norte, mediante a abertura comercial do Rio Amazonas, seria possível contornar ou remediar tais danos. A última fala mais relevante à questão do Prata, uma vez que os senadores divagarão depois dela para questões de municipalidades no Rio Grande do Sul, é a seguinte de Hollanda Cavalcanti:

Eu não desconheço, não sei como hei de dizer... a crudescência do ditador de Buenos Aires. Senhores, o ditador de Buenos Aires merece-me muito respeito por um lado; mas não sei como se podem casar sentimentos tão nobres com outros tão indignos. O sentimento de independência que tem mostrado o ditador de Buenos Aires é digno de toda a simpatia. Quem não simpatizará com os seus princípios de federação e de integridade entre todos os Estados da América do Sul? Quando é que os nossos vizinhos terão consideração estando divididos? A maior força do Brasil donde provém? Não é da sua integridade? Não é a essa integridade que é necessário sacrificar ainda as maiores privações, os maiores vexames? Não são dignos de elogio os nossos concidadãos que nas províncias, no meio de privações e de vexames, tudo sofrem, tudo suportam para conservarem o grande princípio da integridade? Enquanto estivermos unidos, não haverá sempre esperança de que serão atendidos os nossos males? E não serão essas as mesmas vistas do ditador de Buenos Aires? (ANAIS DO SENADO. 1851, p.210,211)

O SR. JOBIM: – Não, senhor.

O SR. HOLLANDA CAVALCANTI: – É porque V. Ex<sup>a</sup>. não repara numa coisa: os meios de que usa esse homem é que o perturbam. Se não fosse um homem feroz, se não tivesse recorrido somente aos meios violentos de cortar pescoços, sem dúvida teria conseguido tudo. Eis o que me admira, como se conciliam idéias tão grandiosas com meios tão baixos; por isso vejo que o ditador de Buenos Aires está gasto, ele não pode viver muito; não poderá sustentar a sua posição...

O SR. ARAUJO RIBEIRO: – Há muito tempo que se diz isso, mas continua. O SR.

HOLLANDA CAVALCANTI: – Continua, mas...

O SR. DANTAS: – Então quer aliança com o corta-pescoços?

O SR. HOLLANDA CAVALCANTI: – Eu falei em aliança...

O SR. DANTAS: – Aliado natural.

O SR. HOLLANDA CAVALCANTI: – Eu falei em aliança natural com o Estado, e não com o Rosas. Eu só faço aliança com homens que pensarem como nós, com aqueles que quiserem a integridade como nós queremos, que quiserem as recíprocas relações para o uso e gozo deste paraíso que nos foi dado; permita V. Ex<sup>a</sup>. que diga que a América do Sul é um paraíso que nos foi dado para dele gozarmos, e não para nos matarmos uns aos outros. Digo pois que simpatizo com as grandes idéias desse ditador, idéias que não tem realizado por causa dos meios que tem empregado; e o que há de suceder? Há de perder-se o homem, mas Deus queira que não se percam as idéias, isto é, de independência e união. (ANAIS DO SENADO, 1851, p.210)

Após tantas e tão significativas falas do Senador interpeladas ao longo desta sessão, é possível presumir, ao menos, duas conclusões, sendo uma constatativa e outra dedutiva. Constatase que Hollanda Cavalcanti realizara uma apologia dos interesses agroexportadores brasileiros, tendo como estratégia o apaziguamento, a defesa da paz, fosse para com as repúblicas platinas ou através da aberta comercial com os estados vizinhos do norte, esta, caso falhasse a apologia pela amizade com Buenos Aires. Com essa apologia, defendera o parlamentar os interesses das elites agrária, política e burocrática, ao menos desde sua percepção de que um enfrentamento com Buenos Aires não seria a melhor saída.

Já no tocante à dedução, a primeira fala, que se mostrou a mais surpreendente para alguns de seus colegas parlamentares, deduz-se que fora assim proferida exatamente com a pretensão

mesma de surpreender. Afinal, argumentando que Rosas possuía virtudes como coragem e sentimento de união e independência contra ingleses e franceses, poderiam frustrarem-se e desencorajarem-se de imediato eventuais opositores. O senador adiantou-se no discurso, não negando a crueldade do ditador argentino, mas, ao mesmo tempo, listando virtudes que aparentemente faltavam àqueles que desgostavam de Juan Manuel de Rosas, qualidade que até um homem que era qualificado como ditador, sanguinário e tirano possuía; ao contrário de um aristocrático e submisso - a interesses ingleses e franceses - senador brasileiro.

**Figura 6- Senador Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti**



Fonte: Wikimedia Commons (2010)

Embora Hollanda Cavalcanti, como se viu na interpelação feita pelos Senadores Antônio Luiz Dantas de Barros Leite, José de Araújo Ribeiro e José Martins da Cruz Jobim, tenha sido colocado contra a parede a respeito da proposta de uma aliança natural com Rosas, o parlamentar parece ter se desembaraçado com certa desenvoltura. Todavia, cabe ao analista questionar se realmente o senador estava preocupado em entender em como se conciliavam “ideias tão grandiosas com meios tão baixos” praticados por Rosas. Resta também refletir e conjecturar se a dita aliança natural estaria sendo proposta com o maquiavélico objetivo de o Brasil ganhar tempo

para reunir força econômica e militar para lutar contra Rosas; ou se para fins meramente pragmáticos e desprovidos de moral e princípios em promoção da estabilidade e da prosperidade regionais. Ou se Cavalcanti - embora demonstre-se desesperançoso com a permanência de Rosas no poder - acreditava piamente em uma união de forças entre a corte do Rio de Janeiro e a Província de Buenos Aires<sup>21</sup> em prol de uma soberania conjunta<sup>22</sup> sul-americana.

As falas mais significativas em relação à Questão do Prata nesta sessão encerram-se na metade da página 211. O tema fora novamente colocado em pauta na sessão do dia 23 de maio a partir da página 261, na qual Hollanda Cavalcanti terá como crítico e opositor, no tocante às suas percepções e proposições geopolíticas, o Senador José de Araújo Ribeiro. Portanto, na próxima análise, será possível comparar os posicionamentos distintos de Hollanda Cavalcanti e Araújo Ribeiro; principalmente no que se refere a questões como as demandas de súditos brasileiros alegadamente espoliados no Uruguai e a hesitação da diplomacia brasileira na década de 1840 em reagir às ações de Buenos Aires.

### 2.3 SESSÃO DO DIA 23 DE MAIO DE 1851

Durante a sessão, dia 23 de maio, outra voz a se levantar para inferir sobre as relações entre o Governo Imperial e o da Província de Buenos Aires foi a José de Araújo Ribeiro, senador pela Província do Rio Grande do Sul. A partir da página 261, após discursar sobre leis eleitorais e a conduta das assembleias provinciais, foca durante sua longa fala no caráter hesitante da diplomacia brasileira com relação a determinadas hostilidades vindas direta ou indiretamente do Presidente Rosas: desde problemas com embargos comerciais e espoliação de gado, passando pela conduta de diplomatas argentinos e até a questões geopolíticas como a independência do Paraguai e a contestação argentina à mesma. Ribeiro chega mesmo a criticar a fala do Senador de Pernambuco, Hollanda Cavalcanti.

Relembre-se aqui que Cavalcanti claramente se negou a aceitar qualquer envio de tropas em auxílio dos reclamantes do sul durante um comentário de caráter depreciativo à província do Rio Grande do Sul, como, talvez, uma forma de castigo exemplar por contas das atitudes que o parlamentar considerava indevidas por parte da Assembleia da província. Não perdendo tempo, Araújo Ribeiro destaca que o modo como Hollanda Cavalcanti se expressou prejudicava em muito

---

<sup>21</sup> Assim referida pelo fato de a mesma província ter liderado, através do governo de Juan Manuel de Rosas, a Confederação Argentina, tendo sua capital como sede do governo argentino.

<sup>22</sup> Entenda-se “soberania conjunta” aqui posta enquanto uma política comum de autoafirmação e independência político-econômica entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina em relação a potências imperialistas e interventoras como Inglaterra e França.

qualquer potencial imagem de união e convergência que o Império poderia passar ao exterior. Nas palavras do próprio Araújo Ribeiro:

O nobre senador a que me refiro fala deste objeto de uma maneira que dá a entender que os reclamantes apenas sofreram um ou outro insulto. Disse ele: "É pelas pretensões de alguns proprietários do Rio Grande do Sul, dignos em verdade de todo o apoio, e pelos insultos que pode ter sofrido um ou outro proprietário do Rio Grande do Sul, que havemos de despovoar o Norte para juncar aquela província de cadáveres baianos, pernambucanos, maranhenses?" Sr. presidente, eu creio que quando um senador do império, conselheiro de estado, se exprime desta maneira, as suas expressões podem fazer muito mal àquele aspecto de união que cumpre apresentar ao estrangeiro, sempre que se trata de questões desta natureza. (Apoiados.) Esta divergência nos faz mostrar aos nossos inimigos uma frente fendida, e não inteiriça, como nos cumpria apresentar. (ANAIS DO SENADO, 1851 p.262)

Perceba-se que o senador fala em inimigos, estes que, obviamente, tratam-se de Rosas e Oribe; se não inimigos confirmados, ao menos em potencial dado o histórico de hostilidades entre Rosas e o governo brasileiro e de cooperação entre aquele e Oribe, enquanto provável presidente uruguaio por vias de invasão ou golpe de Estado. Araújo seguiu contrariando Hollanda Cavalcanti, não apenas no que toca à índole e à intenção dos caudilhos platinos, mas também ao modo como o senador relatou as queixas dos brasileiros alegadamente espoliados por Oribe no sul. Araújo Ribeiro enfatizou a legitimidade das reivindicações de socorros dos brasileiros que teriam tido mais de 800 mil cabeças de gado tomadas pelos uruguaio; acusara, portanto, Cavalcanti de estar mal informado, inclusive sobre a índole dos brasileiros queixosos, os quais o pernambucano havia desdenhado. Disse Ribeiro que:

Primeiramente ele parece não dar a justiça que assiste àqueles súditos brasileiros que reclamam a proteção do governo do Brasil, parece digno não dar a essa justiça toda a latitude que ela merece ter. Mas. Sr. presidente, se têm ou não justiça, se têm ou não fundamento as reclamações desses súditos do império, eu apelo, sobre tal matéria, para o relatório do Sr. ministro dos negócios estrangeiros aonde vem os quadros estatísticos dos danos que se tem sofrido, e perguntarei ao nobre senador se o esbulho de mais de 800.000 cabeças de gado e o seqüestro ou embargo de tantas propriedades, não são razões suficientes para reclamar-se a proteção do governo imperial, e para que esse governo se preste a dar a proteção reclamada. (ANAIS DO SENADO, 1851, p. 261)

O desdém ocorreu pelo argumento de que os mesmos teriam mudado de residência para o Uruguai e logo não seriam comprometidos com a causa brasileira de independência e soberania. No que Araújo o contraria e afirma por testemunho exatamente o contrário no que toca à índole de comprometimento daqueles brasileiros da fronteira sul. Hollanda Cavalcanti, que mostrou-se contrário a medidas mais enérgicas contra Rosas e Oribe, continua a ser defrontado por Araújo Ribeiro. Impossível não perceber que, assim como D. Manoel, Araújo Ribeiro considera as repúblicas platinas e seus caudilhos inequívocas fontes de problemas para o Brasil. Um

interessante aspecto da sequência de seu discurso é que o senador cita um ocorrido entre Grécia, França e Inglaterra: o Caso Don Pacífico<sup>23</sup>. O senador desenvolve o tema sobre como o governo inglês tratou um pedido de mediação de um conflito envolvendo um diplomata francês e o governo grego – com os ingleses alegando que não haviam oferecido mediação, mas sim “bons ofícios”. Disse Araújo Ribeiro que:

Quando o governo inglês mandou bloquear o Pyreo para constranger o governo de Atenas a aceder às reclamações de D. Pacífico, o ministro francês que residia então em Atenas fez ao ministro de Inglaterra um oferecimento igual ao que nos fez o ministro inglês nesta corte. O ministro britânico em Atenas aceitou esse oferecimento, e em França se supôs que a Inglaterra tinha aceitado a mediação francesa; mas o ministro dos negócios estrangeiros em Londres declarou no parlamento que a Inglaterra não tinha aceitado mediação alguma, que tenha aceitado simplesmente bons ofícios. Por consequência eu estou persuadido que quando nos fizeram oferecimentos semelhantes, e não se empregar expressamente a palavra mediação, se devem eles tomar por bons ofícios, principalmente partindo isso do governo de Inglaterra. O que me autoriza também a supor que a oferta não foi a mediação e sim de bons ofícios, unicamente, é a consideração dos fatos que têm passado no Rio da Prata, onde o governo inglês já duas vezes ofereceu a sua mediação, e intervenção, chegando ao ponto de empregar força armada para a fazer aceitar sem resultado algum. A consideração destes fatos me faz acreditar que ao governo brasileiro que os tem testemunhado de perto, o governo de Inglaterra não faria a oferta da sua mediação, porque ela já tinha sido oferecida duas vezes para o mesmo objeto, e tinha sido desprezada, tinha sido mesmo repelida por meio das armas. Por consequência, quando medito nestes precedentes, entendo que o governo inglês não nos ofereceu, nem mediação, nem intervenção, mas somente bons ofícios, que foi o que o Sr. ministro dos negócios estrangeiros aceitou, dizendo que esperava que ele praticasse todo o possível de sua parte para que o general Rosas deixasse a ingerência que tem tomado nos negócios internos do Estado Oriental. (ANAIS DO SENADO, 1851, p.263)

No discurso, o senador também acaba por fazer referência ao bloqueio marítimo anglo-francês imposto a Juan Manuel Rosas entre 1845 e 1850, que pouco surtiu efeito contra a agressividade política e bélica argentina. Igualmente crê o senador que a Inglaterra tem a oferecer ao Brasil apenas os tais bons ofícios no que toca a toda e qualquer tentativa de mediação oferecida ao Império na Questão do Prata. Credo também que para tratar da resolução das pendências geopolíticas na região, seja necessário fazer muito mais do que os infrutíferos esforços que vinham sido feitos até então no âmbito diplomático. Profere o senador o seguinte:

Sr. presidente, não sei se será conveniente discutir aqui se deve aceitar a mediação inglesa, mesmo no caso de nos ser oferecida, ou se é possível que essa mediação possa produzir algum resultado. A experiência dos sucessos do Rio da Prata deve ter convencido a todo o mundo, aos ingleses assim como aos brasileiros, de que não há meio de tratar-se com o

---

<sup>23</sup> Na historiografia britânica conhecido como "*Don Pacifico Affair*", foi um curioso incidente diplomático envolvendo David Pacífico (conhecido como Dom Pacífico), um ex-cônsul português de origem semita que, ao ter sua residência saqueada por populares antissemitas em Atenas, realizou uma manobra diplomática envolta em charlatanismo. David reclamou proteção inglesa ao alegar naturalidade britânica por ter nascido em Gibraltar, o que levou a armada inglesa, por intermédio de um diplomata francês, a bloquear o Porto do Pireu e violar a soberania grega em janeiro de 1850 como forma de retaliação.

capitão-general de Buenos Aires. Esse homem tem um plano ambicioso, e tudo quanto se afastar desse plano ele não aceita. Se nós considerarmos a conduta do governo de Buenos Aires desde o seu princípio, havemos de ver que essa conduta tende a provar a existência dessas vistas pertinazes de ambição; e por conseqüência que nada o fará persuadir a aceitar transação alguma amigável. Todos os nossos esforços sobre esse ponto têm sido infrutuosos, a mesma longa série de agravos que ele apresenta contra o Brasil não são senão outras tantas provas da condescendência que o governo do Brasil tem tido para com ele. O Sr. ministro dos negócios estrangeiros disse em uma de suas notas ao ministro da Inglaterra que ninguém tem feito mais esforços nem mais sacrifícios do que o governo imperial para manter a paz e viver em boas relações com o governador argentino. Esta proposição é a mais verdadeira possível. O governo do Brasil tem feito sacrifícios de toda a sorte, mesmo da sua própria dignidade, para viver em boas relações com o governador de Buenos Aires, e nada tem podido conseguir. Para nos convenceremos disso bastará passar em resenha alguns desses mesmos agravos que o general Rosas apresenta contra o Brasil. Eles provarão o que acabo de notar. (ANAIS DO SENADO, 1851, p.263)

A fala do senador, embora inclinada a colocar o Brasil na posição de Estado amistoso e a Argentina enquanto hostil, é embasada de forma bastante empírica nas ações do governo argentino para com as repúblicas platinas ao seu redor. Outra ação de Rosas que também lhe serviu de argumento para os ataques do parlamentar ao líder argentino, foi o crítico momento do cerco de Montevideú em 1843 - que contou com especial atuação diplomática do Visconde de Sinimbu-perpetrado por Manuel Oribe contra as forças defensivas comandadas pelo General Rivera. (SOARES, 2021). Evento, aliás, de ocorrência facilitada justamente pelo fato de que Rosas se via desembaraçado da intervenção anglo-francesa, como relembrou D. Manoel no discurso da sessão do dia 17 de maio do mesmo ano, referindo-se ao período posterior à negligência exercida pelo almirante interventor francês, Barão de Mackau<sup>24</sup>, no tocante à defesa de Montevideú. (SOARES, 2021)

Logo presume-se que advoga o parlamentar a fim de que o governo imperial passe a tomar as rédeas de seu quintal estratégico, uma vez que, seja por inabilidade diplomática ou por divergência de interesses, não haveria grande eficiência por parte dos esforços da Inglaterra para resolver a situação de uma vez por todas no Prata. Não obstante, o parlamentar cita em seguida o bloqueio portuário referente ao Cerco de 1843. Tal movimento proibiu a entrada de produtos brasileiros no porto de Montevideú e foi perpetrado por Juan Manuel de Rosas através da atuação do Almirante Brown. Em seguida, Araújo Ribeiro iniciou uma sequência de argumentações que encarna tanto a honra ferida da diplomacia imperial, quanto o descontentamento de comerciantes, latifundiários, políticos e burocratas brasileiros do contexto abordado pelo parlamentar. Assim, tem-se a seguinte fala por parte do senador:

---

<sup>24</sup> Almirante de origem irlandesa, mas a serviço da Armada Francesa em 23 de setembro de 1840, quando desembarcou em Montevideú para socorrer a cidade contra o assédio do Caudilho Manuel Oribe.

O bloqueio proibia a entrada em Montevideu da carne, porcos, galinhas, perus, etc., gêneros de produção brasileira, e não se estendia à farinha, bolacha, batatas e outros comestíveis dos Estados Unidos e da Europa. Era por consequência, um bloqueio muito desigual em desfavor do Brasil. Nessas circunstâncias, quando foi intimado à esquadra brasileira para o observar, o ministro do Brasil tomou a deliberação de não o reconhecer enquanto não recebesse instruções a tal respeito. Este fato deu lugar, como V. Ex<sup>a</sup>. sabe, a uma nota insultuosa do governador de Buenos Aires, e a ser enxotado dali de uma maneira brutal o nosso representante naquela república. O que fez o governo do Brasil? Enxotou também o representante do governo de Buenos Aires nesta corte, ou reclamou como devia uma satisfação por esse imerecido insulto? Não; mandou reconhecer o bloqueio. (ANAIS DO SENADO, 1851, p 264).

O senador sintetiza em seu discurso o descontentamento e constrangimento de segmentos econômica e politicamente essenciais na sustentação do regime imperial: as elites agroexportadora e burocrática. Na fala anterior, o parlamentar referiu-se a “[...] sacrifícios de toda a sorte, mesmo da sua própria dignidade, [...]” (ANAIS DO SENADO, 1851, p. 263), sendo um deles o citado ao fim da última fala transcrita, quando o Brasil, ao invés de reagir de forma enérgica ao bloqueio imposto por Rosas, acaba por reconhecê-lo. Dessa forma, expressou o parlamentar a preocupação dos diplomatas brasileiros - tão impotentes ante a agressividade de Rosas; a dos latifundiários agroexportadores - que viram seus produtos e mercadorias barrados nos portos argentinos; e dos burocratas do estado imperial que viam as receitas da alfândega consideravelmente reduzidas, o que, mais cedo ou mais tarde, impactaria as contas públicas. De acordo com Carvalho (2008, p.42), “O Estado, por sua vez, dependia profundamente da produção agrícola de exportação e encontrava na necessidade da defesa dos interesses dessa produção um sério limite à sua liberdade de ação.”

Ao contrário do que o teor de uma fala como a de Araújo Ribeiro possa aparentar no que toca à defesa de interesses da classe agrícola, não se deve de antemão classificar nem o próprio senador, tampouco a elite política à qual o mesmo pertence, como um conjunto de meros porta-vozes de interesses agrários. Trata-se nem de mero executor dos interesses agrários, nem de arbítrio da nação (CARVALHO, 2008). Da mesma forma, faz-se necessário resguardar-se de uma visão fantasiosa e otimista de que a mesma elite estaria sempre acima dos interesses agrários e visando apenas anseios mais elevados de soberania, moralidade, ordem nacional e progresso humano. O historiador José Murilo de Carvalho justifica sua visão acerca do caráter aglutinador da atuação dessa mesma elite – à revelia de concepções prévias, caricaturais ou reducionistas acerca da elite política imperial – explanando acerca do caráter continuísta da burocracia imperial brasileira. Segundo Carvalho:

Nem uma coisa nem outra. A continuidade propiciada pelo processo de independência, pela estrutura burocrática e pelo padrão de formação de elite herdado de Portugal certamente deu ao estado imperial maior capacidade de controle e aglutinação do que seria de esperar de simples porta-voz de interesses agrários. (CARVALHO, 2008, p.42)

O senador, ao afirmar que houvera um bloqueio muito desigual e em desfavor do Brasil, obviamente está sintetizando todo um dedutível efeito em cadeia. Trata-se da barragem dos produtos agrícolas brasileiros, seguida do prejuízo econômico causado à elite agroexportadora, o qual teria o potencial de gerar o descontentamento da mesma para com a parcela das elites burocrática e política que, respectivamente, representavam seus interesses no legislativo e nas demais instituições do Estado. Assim posto, se os representantes não agissem para concorrer em favor dos interesses daqueles que lhes elegeram, uma crise de legitimidade, somada à insatisfação com a interrupção do comércio, poderia insuflar revoltas provinciais encabeçadas pelas elites agrícolas; ou seja, um verdadeiro pesadelo para um império que passou pelo conturbado Período Regencial<sup>25</sup>.

**Figura 7 - Senador José de Araújo Ribeiro (Visconde de Rio Grande)**



Fonte: Geni.com (2018)

Além do mais, segundo Carvalho, a manutenção do cargo público, carreira tão importante para algumas figuras que, por algum motivo, se desgarraram do sistema agrícola-escravista-exportador, dependia da geração de receita oriunda do comércio agroexportador vigente. (CARVALHO, 2008) As referidas figuras estão inseridas em uma dinâmica tão complexa quanto

---

<sup>25</sup> Rememorando aqui eventos internos que colocaram em cheque tanto a unidade territorial brasileira quanto o status quo político-econômico do Império, a exemplo da Revolução Farroupilha (1835-1845), da Revolta dos Malês (1835), da Cabanagem (1835-1840); da Sabinada (1837-1838) e da Balaiada (1838-1840).

inteligível para um pesquisador tão atento como Carvalho, algo escamoteado mesmo em uma fala como a de Araújo Ribeiro. Segundo Carvalho:

Os testemunhos da época são unânimes em salientar a importância do emprego público como ‘vocação de todos’, no dizer de Joaquim Nabuco. Gerava-se, então, uma situação contraditória em que o Estado dependia, para sua manutenção, do apoio e das rendas geradas pela grande agricultura escravista de exportação, mas, ao mesmo tempo, tornava-se refúgio para os elementos mais dinâmicos que não encontravam espaço de atuação dentro dessa agricultura. Instalava-se dentro do próprio estado uma ambiguidade básica que dava à elite política certa margem de liberdade de ação. (CARVALHO, 2008, p.40)

Consideradas aqui as colocações de Carvalho sobre a questão da liberdade de ação do Estado antes os interesses agrícolas e assunto de toda ordem, além da dinâmica de interdependência entre as duas elites citadas, é possível produzir uma breve síntese da realidade descrita e presente nos discursos. Ou seja, por fim, averigua-se a vigência de um só discurso em prol da defesa e continuidade de um sistema político-econômico sustentado financeiramente pela exportação agrícola, sendo operado e defendido institucionalmente por políticos e burocratas em uma relação de interdependência sem a qual os mecanismos<sup>26</sup> do sistema referido não poderia funcionar; buscando-se, assim salvaguardar o status-quo imperial vigente.

Saliente-se aqui que este “um só discurso” está, como é naturalmente, fragmentado em pontos de vistas, ideias e concepções diferentes, como pode-se perceber ao longo da análise para com as soluções propostas ou opiniões expressas pelos dois últimos senadores a respeito da Questão do Prata e de seus protagonistas geopolíticos mais polêmicos: Juan Manuel de Rosas e Manuel Oribe. Ou seja, embora Araújo Ribeiro tenha expressado frontalmente sérias divergências para com a leitura dos fatos e as propostas de Hollanda Cavalcanti, isso não necessariamente significa uma oposição completa, pois ambos aparentavam alcançar o mesmo fim através de métodos diferentes.

Assim posto, a análise das falas desta sessão mais relevantes à Questão do Prata encerra-se na página 264. O motivo para isso se dá por uma questão de coerência no tocante à extensão programada deste trabalho e a disponibilidade de tempo do analista para com a apropriação historiográfica acerca dos demais eventos diplomáticos citados nas falas seguintes à última analisada, embora as mesmas continuem e sejam tão aproveitáveis ou mais quanto as que até agora foram expostas e analisadas. Optou-se, portanto, em manter uma maior qualidade nas análises mediante a devida apropriação dos eventos históricos que permeiam as falas dos senadores.

---

<sup>26</sup> Mecanismos aqui entendidos enquanto a relação entre modo de produção, política e instituições burocráticas do Estado.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que as falas abordadas denotam interesses geopolíticos, econômicos e políticos como já identificados caso a caso na agora finda análise. Tais interesses se mostraram interrelacionados, por conta da dependência, por exemplo, da qual era refém a elite agroexportadora para com os meios de ação sob poder e influência das elites política e burocrática; ao menos no que era tocante aos tipos de ações necessárias para a neutralização do tolhimento perpetrado pelo governo argentino aos interesses agroexportadores brasileiros no Prata. Da mesma forma, que ocorria no tocante à dependência das elites burocrática e política para com as rendas geradas pelo setor agroexportador (CARVALHO, 2008).

Assim pode-se afirmar, pois, as falas analisadas refletiram, com maior ou menor intensidade, distintos níveis de comprometimento dos parlamentares tanto para com a defesa da liberdade e da navegação na Bacia do Prata e da manutenção tanto do status quo do regime imperial, quanto em relação à continuidade do comércio de produtos agrícolas. Logo, afirma-se aqui que os interesses geopolíticos do Império no Prata estavam intrinsecamente ligados às demandas das elites já citadas.

As críticas tecidas pelo Senador Manuel de Assis Mascarenhas contra a imprevidência da diplomacia brasileira durante a década de 1840 ante as imposições de Rosas contra o Paraguai e os bloqueios contra Montevideú. Se com D. Manoel houve maior comprometimento, uma maior ênfase na narrativa ao minar a personalidade política de Rosas e criticar a diplomacia imperial, por outro lado, o senador Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti mostrou-se mais pragmático, controverso, se opondo a qualquer fervorosidade narrativa belicista que condenasse Juan Manuel de Rosas em sua totalidade enquanto ator do teatro geopolítico platino.

Cavalcanti, embora não aprovasse uma aventura militar a Buenos Aires, chegando até mesmo a mencionar a possibilidade de uma aliança natural e pragmática do Brasil com o governo argentino, com objetivos comuns de independência e soberania. Todavia isso não significou que o senador deixaria de defender uma solução para contornar, ao invés de defrontar, o grave quadro geopolítico no Prata. Propôs a abertura do Rio Amazonas à navegação para os Estados vizinhos do Brasil ao norte da América do Sul.

Ou seja, se a narrativa beligerante, antiargentina ou hostil a Rosas não lhe apetecia conforme suas convicções, encontrou Hollanda Cavalcanti arrojada alternativa, mas sem abrir mão dos interesses ligados à liberdade de navegação, fosse na proposição de aliança ou de apaziguamento para com Buenos Aires ou na de abertura do Rio Amazonas. Quanto a José de

Araújo Ribeiro, tal como D. Manoel, tratou o parlamentar de apontar os sacrifícios<sup>27</sup> diplomáticos que o Império havia feito pela paz no Prata; além de levar à tribuna queixas de cidadãos brasileiros do sul sobre supostas agressões<sup>28</sup> cometidas pelo caudilho Manuel Oribe. Posicionamentos diversos, sobre diferentes aspectos do complexo e delicado contexto geopolítico platino, mas que têm como ponto comum, explícito ou implícito, a preocupação para com os interesses agroexportadores brasileiros no Prata. Tal preocupação dava-se porque se, por um lado, era a elite agrária que gerava receitas ao Estado para a manutenção orçamentária das estruturas institucionais onde atuavam as elites política e burocrática, por outro, estas duas detinham meios de ação e influência para com a defesa dos interesses daquela (CARVALHO, 2008).

Todavia, como demonstrou Carvalho, as já referidas elites, por vezes, fundiam-se; o que tende a levar o analista a concluir que os discursos em defesa da soberania, da unidade e da honra nacionais; dos interesses comerciais agroexportadores e dos reconhecimentos das independências platinas<sup>29</sup>, na maioria das vezes, tratava-se de um só discurso. Este, embora fragmentado em propostas, opiniões e pontos de vista heterogêneos, acabava por realizar a defesa de um sistema político-econômico capitaneado pelas três elites interdependentes elucidadas por Carvalho: agroexportadora, política e burocrática. Algo que os posicionamentos presentes nas falas dos senadores Manuel de Assis Mascarenhas, Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti e José de Araújo Ribeiro demonstraram.

Tanto com relação aos mais enérgicos quanto para o mais apaziguador dos senadores, os vestígios, ou seja, os interesses explícitos ou não em seus discursos, induzem o analista a entender que ambos visavam a manutenção do vigente status quo imperial. Afinal, não seria prudente descartar a possibilidade de que a legitimidade do regime político monárquico vigente fosse questionada pela elite agrária ou caísse por terra ante uma eventual perda de territórios ao sul; ante uma invasão do Uruguai que permitisse uma violação territorial da Província do Rio Grande do Sul por parte da Argentina.

Outro resultado negativo poderia ser uma derrota brasileira para Rosas, que colocaria em risco a permanência<sup>30</sup> da dinastia dos Bragança no poder e, por conseguinte, a continuidade do regime que vinha se consolidando após o turbulento Período Regencial e que permitia o

---

<sup>27</sup> Sendo um destes “sacrifícios” o reconhecimento por parte do Império do bloqueio imposto por Rosas contra os produtos agrícolas brasileiros no porto de Montevideu em 1843.

<sup>28</sup> Referente às acusações de que os agentes de Oribe no Uruguai teriam tomado mais de 800 mil cabeças de gado, além de propriedades diversas, de súditos brasileiros residentes no Uruguai.

<sup>29</sup> Principalmente o reconhecimento da independência do Paraguai, haja visto as tentativas perpetradas por Rosas de sufocar aquele país por meio de bloqueios fluviais ante a insistência do Brasil em defender o status quo de independência da pequena e jovem república platina.

<sup>30</sup> Retoma-se aqui a exemplificação da somatória de fatores que corroboraram para a abdicação de Dom Pedro I no ano de 1831, desde o impasse na Guerra da Cisplatina até seus escândalos pessoais e momentos de autoritarismo.

atendimento mútuo de interesses entre as elites agrícola e burocrática. Portanto, fosse cobrando medidas mais enérgicas do governo para evitar demonstrações de fraqueza que encorajassem Buenos Aires a tomar medidas cada vez mais ousadas, ou propondo medidas alternativas e apaziguadoras, o fim de ambos era o mesmo: manter de pé, mesmo que com divergentes estratégias, os alicerces político-econômicos do Império. Compreende-se aqui, portanto, a política externa brasileira tão longamente debatida no Senado do Império enquanto extensão das demandas internas das mais preponderantes elites brasileiras interdependentes entre si e sobre as quais aqui se discorreu no âmbito da identificação de seus interesses nos discursos senatoriais.

Como resultado do processo de pesquisa e análise, ocorrera o complementar encontro entre os trabalhos historiográficos de Álvaro Teixeira Soares e José Murilo de Carvalho - com a tese da interdependência entre as elites agrícola e burocrática; com a contribuição de Pierre Milza, que correlaciona as políticas externas de uma nação com as internas; e a aplicação do método de análise de discurso proposto por Eni Puccineli Orlandi utilizando-se das pistas deixadas pelos efeitos de sentido produzidos em condições determinadas durante a produção dos discursos (ORLANDI, 1999).

Após tão construtiva complementaridade, faz-se possível vislumbrar uma nova perspectiva de interpretação dos eventos ou de processos históricos, como fora o desenrolar da Questão do Prata ao longo do século XIX. Perspectiva não mais limitada a interpretações que são entregues prontas, frequentemente reducionistas e que privilegiam muito mais uma panfletagem historiográfica ufanista, em detrimento da interpretação, da análise e da crítica.

Ademais, imagine-se, por exemplo, que aos discursantes cujas falas foram analisadas não déssemos nomes, no máximo números, ou que não fossem investigadas as classes sociais às quais pertenceram; ou que todas as suas biografias desaparecessem. Ainda assim, apenas com uma bem elaborada análise sobre os discursos tidos em mãos muito se deduziria a respeito de quem foram em suas vidas, de onde vieram ou poderiam ter vindo. Portanto, reitera-se aqui a importância dada por Eni Puccineli Orlandi às condições da produção do discurso (ORLANDI, 1999), uma vez que a contribuição de José Murilo de Carvalho sanou eventuais deficiências no reconhecimento de tais condições por parte do analista.

Por fim, as experiências de análise discursiva e revisão bibliográfica decorridas ao longo deste estudo confirmam a relevância da atuação do Senado do Império durante a vigência da Questão do Prata. E assim o foi pela constatação de que a instituição serviu como tribuna para a exposição e identificação das demandas relativas aos interesses das elites nacionais, as mesmas que formavam o sustentáculo político-econômico do Império Brasileiro durante o século XIX.

#### 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, de Murilo, José. **A Construção da Ordem: a elite política. Teatro das Sombras: a política imperial.** 4ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Disponível em: [https://www.academia.edu/11728372/Carvalho\\_jos%C3%A9\\_murilo\\_de\\_a\\_constru%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_ordem\\_teatro\\_das\\_sombras\\_2008\\_1](https://www.academia.edu/11728372/Carvalho_jos%C3%A9_murilo_de_a_constru%C3%A7%C3%A3o_da_ordem_teatro_das_sombras_2008_1) Acesso em 10 jan. 2022.

ORLANDI, Puccineli, Eni. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos.** [S.l.]: Pontes, 1999.

RÉMOND, René, et al. **Por uma história Política.** 2º edição. Rio de Janeiro. FGV, 2003. Disponível em: [https://www.academia.edu/8078883/EDITORIA\\_FGV](https://www.academia.edu/8078883/EDITORIA_FGV) Acesso em 16 de nov. 2022.

SOARES, Teixeira, Álvaro. **Diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865).** 2º edição. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2021. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/todos/0?busca=Diplomacia%20do%20Imp%C3%A9rio&filtro=1&ord=1> Acesso em: 06 out. 2022.

VIEIRA, Brum Friederick. **Matrizes Teóricas da Geopolítica Brasileira: As contribuições de Travassos, Golbery e Meira Mattos.** Rio de Janeiro. UERJ, 2005. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-123928/matrizes-teoricadas-geopolitica-brasileira--as-contribuicoes-de-travassos-golbery-e-meira-mattos> Acesso em 08 mai. 2023.

## 5 FONTES

BRASIL. Senado Federal. **Anais do Senado: Anno de 1851 - Livro 1**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, s. d. 425p. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP\\_AnaisImperio.asp?\\_gl=1\\*1unv084\\*\\_ga\\*MzU0MzAwMDAxLjE2ODU5Mzk4MTU.\\*\\_ga\\_CW3ZH25XMK\\*MTY4ODc2NjU0NC4yLjEuMTY4ODc2NjYyMy4wLjAuMA](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp?_gl=1*1unv084*_ga*MzU0MzAwMDAxLjE2ODU5Mzk4MTU.*_ga_CW3ZH25XMK*MTY4ODc2NjU0NC4yLjEuMTY4ODc2NjYyMy4wLjAuMA) Acesso em: 14 dez. 2022.